


**A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV**  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 30 | Nº 06 | JUNHO 2010 | R\$ 15,00

An infographic on a dark blue background. At the top left, the word "para" is partially visible. Below it, a cluster of nine circular images shows different aspects of agriculture and industry: a golden field, a sunset over a farm, a corn plant growing from soil, wheat stalks, seedlings in green trays, cotton bolls, large silver industrial silos, a plowed brown field, and a green landscape with a river. These circles are positioned as if pouring into a large, metallic silver funnel. The funnel's stem leads down to a glowing blue globe showing the continents of South America and Africa. Overlaid on the lower half of the image is the text "DUÇÃO SUSTENTÁVEL SETOR" in large, bold, white capital letters with black outlines.

ISSN 0100-4298



9 770100 429100



000000

AGROANALYSIS  
30 ANOS

# Especial

# PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NO SETOR

O agronegócio é o seguinte

## O modelo da sustentabilidade no agronegócio

**I**NDEPENDENTEMENTE DA crise e da abundância dos ciclos econômicos, o conceito da sustentabilidade ganhou espaço crescente junto à opinião pública em tempo recente. Com uma população mundial em crescimento e mais consumidora de bens, os debates sobre a capacidade de os recursos naturais continuarem a atender a toda gama de demanda sensibilizam cada vez mais. O impacto da emissão dos gases de efeito estufa (GEE's) na poluição do ar e o aquecimento global com aumento da temperatura colocam em xeque os processos produtivos da economia de alto carbono.

No fim deste ano, haverá outra Conferência das Partes (COP), na sua 16ª versão, em Cancún, no México, organizada pela Convenção Quadro de Mudança Climática da Organização das Nações Unidas. Apesar do resultado frustrante do último encontro, certamente o mundo verá uma grande pressão para o avanço do Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, que vence em 2012. Com certeza, haverá cobranças para que os países antecipem o anúncio de suas metas para redução de GEE's.

No Brasil, apontados como a maior fonte emissora de GEE's, a agricultura e o agronegócio precisam urgentemente reverter essa situação, sob pena de carregar uma pecha negativa que será difícil de apagar no futuro. Cabe uma atitude, perseverante e ativa, para eliminar em escala crescente o desmatamento e as queimadas. **Agroanalysis**, a propósito, em comemoração ao mês do ambiente, que é celebrado agora em junho, apresenta um caderno especial em que trás um conjunto de artigos sobre sustentabilidade.

Existem muitas oportunidades para o Brasil aproveitar no negócio socioambiental, desde que se concentre e se posicione com base em estratégias fundamentadas em novos paradigmas. Existem pontos a serem levantados. Para preservar seus biomas e a agricultura expandir o sistema de plantio direto e da integração lavoura, pecuária e floresta, quais são as compensações a serem recebidas em termos de serviços ambientais? Na questão da reserva legal e das áreas de preservação ambiental, como estabelecer um marco legal lastreado na ciência e pesquisa para separar as áreas consolidadas e não consolidadas, de modo a não discriminar milhares de agricultores?

O cálculo das emissões de GEE's, o qual é feito em equivalente CO<sub>2</sub>, é outro tema delicado a exigir acompanhamento científico rigoroso. Há controvérsia quanto a conversão de alguns gases em CO<sub>2</sub>, o que em impacto direto e brutal sobre a pecuária brasileira. Outra consideração a ser tomada é de que o balanço energético de CO<sub>2</sub> deve levar em conta as emissões, mas também os sequestros das pastagens, lavouras, florestas, matas etc.

É bom lembrar alguns exemplos notáveis de sustentabilidade que ocorrem no agrogócio brasileiro. É o caso do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), fundado em dezembro de 2001, que surgiu de uma iniciativa da indústria de defensivos agrícolas como forma de atender às responsabilidades sociais e ambientais no que se refere à destinação final das embalagens dos produtos fitossanitários comercializados. Referência internacional, o InpEV recolhe 94% das embalagens comercializadas no território nacional. Há ainda para ser citado: o protocolo ambiental de redução das queimadas nos canais paulistas, a moratória da soja, para não aquisição da matéria-prima de áreas desmatadas no bioma amazônico, e muitas outras iniciativas em curso.

Um instrumento poderoso para o agronegócio nacional é a Global Reporting Initiative (GRI), que consiste na criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, por meio de uma rede de diálogo *multi-stakeholder*, composta de especialistas de todo o mundo. Atualmente, a GRI é ponto de diálogo com as principais referências internacionais em sustentabilidade, como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto-Global da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre outras.

Para encerrar, a leitura das informações e análises apresentadas durante o evento Perspectivas da Safra 2010/11 promovido pela BM&FBovespa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Um dos pontos que chamaram a atenção foi o anúncio do Ministro Wagner Rossi de que o Plano Safra 2010/11 priorizará o uso de práticas sustentáveis na agricultura, com o objetivo de financiar a recuperação de áreas degradadas, o plantio direto na palha, integração entre lavoura, pecuária e floresta, e a incorporação biológica do nitrogênio. ■

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

**Conselho editorial:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

**Editor chefe:** Antônio Carlos Kfourir Aida

**Editor executivo:** Luiz Antonio Pinazza

**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Redação**

**Redator:** Bruno Blecher

**Arte:** André C. Michelin e Renata Owa

**Revisão:** Raphael Messias

**Fotos:** iStockphoto/Mark Evans, Dreamstime e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (capa), Getty Images (pág. 04,18,24).

**Secretaria e administração:** Debora Durazzo

**Produção editorial – coordenador:** Evandro Jacóia Faulin

**Publicidade:** Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br.

**Contato comercial:** José Luis Ballalai Cotrim.

**Circulação/assinaturas:** Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

**Outros estados:** 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

**Ponto de venda:** São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)



FUNDAÇÃO  
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

**Conselho Diretor**

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio F. Quintella

**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

**Suplentes:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

**Conselho Curador**

**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio

**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauricio Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

**Suplentes:** Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano

**Diretor Executivo da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos

**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**Diretor da FGV-SP:** Prof. Francisco S. Mazzucca

**Diretor da FGV-EAESP:** Maria Tereza Leme Fleury

# AGROANALYSIS

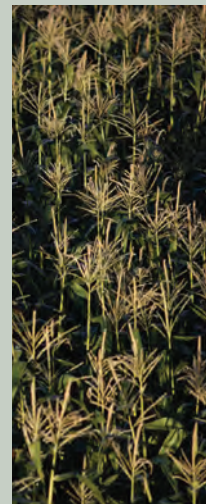
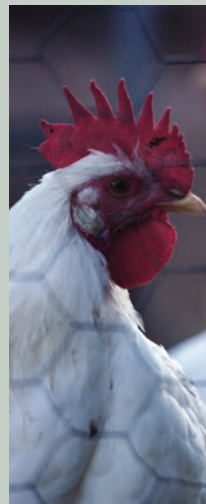
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

**ACESSE O SITE**  
**[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)**

**ou ligue**

**0800 770 88 81**

**e assine**  
**a publicação que**  
**melhor acompanha**  
**o agronegócio**



## Abre Aspas

---

- 6 Célio Brovino Porto
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

## Especial OCB

---

- 13 Defensivos agrícolas

## Especial Sustentabilidade

---

- 15 Novos paradigmas para o agronegócio

## Especial InpEV

---

- 31 Sustentabilidade

## Especial BM&FBOVESPA

---

- 35 Perspectivas do agronegócio em 2010/11

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

## Especial Sustentabilidade



- 15 Novos paradigmas para o agronegócio

## Especial BM&FBOVESPA



- 35 Perspectivas do agronegócio em 2010/11

## Especial OCB



- 13 Defensivos agrícolas

## Especial inpEV



- 31 Sustentabilidade



Célio Brovino Porto, Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

## Quebrando barreiras

Por Bruno Blecher

**D**ISPOSTO A abrir novos mercados para os produtos agropecuários brasileiros, o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto, não desperdiça oportunidade para iniciar uma negociação. Pega carona com a comitiva presidencial para ir à Rússia, viaja a Tóquio juntamente com o pessoal do Itamaraty e, se necessário for, preenche 47 quilos de documentos para comprovar às autoridades japonesas que produtores e frigoríficos brasileiros levam a sério a questão sanitária.

Nesta entrevista à *Agroanalysis*, Célio Porto mostra que, com organização e capacidade técnica, o Brasil, aos poucos, começa a derrubar barreiras sanitárias mundo afora.

**AGROANALYSIS** Com o forte aumento das exportações do agronegócio nos últimos anos, a área de relações internacionais do Ministério da Agricultura passou a ser estratégica para derrubar barreiras sanitárias e abrir mercados.

**CÉLIO PORTO** Houve uma inflexão na curva de produção agrícola brasileira no fim da década de 90. Até então, havia aquela política do Banco Central de tentar manter o real na paridade de 1 por 1. Depois, houve a desvalorização do real em relação ao dólar, o que tornou as exportações atraentes e permitiu um grande salto na produção agrícola brasileira. Evidentemente, há outros fatores que contribuíram: tecnologia, zoneamento, crédito.

**AGROANALYSIS** Quais foram os impactos dessa mudança cambial no setor?

**PORTO** O crescimento foi maior nos grãos inicialmente e, numa segunda etapa, nas carnes. Na área de grãos há poucas barreiras. O comércio mundial tem mais barreiras na área animal do que na vegetal. Por dois motivos: as doenças vegetais não pegam nos humanos. Só as chamadas zoonoses atingem os animais e os homens. Estas são mais problemáticas e geram mais restrições comerciais. Como os animais andam, os pássaros voam, os cuidados com as doenças animais são maiores, porque a facilidade de propagação também é maior. As grandes barreiras são mais sanitárias do que fitossanitárias. A vantagem das exportações animais, principalmente das carnes de frango e suínos, é agregar valor à produção. Em vez de exportar farelo de soja ou grão de milho, é mais vantagem vender carne de frango. O Roberto Rodrigues [*ex-ministro da Agricultura*] costuma dizer que o frango é uma espiga de milho que voa.

**AGROANALYSIS** As exportações brasileiras de carne, principalmente bovina e de frango, registraram uma grande expansão, mas há países que impõem restrições sanitárias a nossos produtos.

**PORTO** Entre as carnes que exportamos, as mais prejudicadas por barreiras sanitárias são as vermelhas, os bovinos e os suínos, por conta de uma doença vagabunda, como diz o Pedro Camargo Neto [*presidente da Associação Brasileira das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Suínos-Abipecs*], a febre aftosa. Ela não mata o animal, não pega em humanos. Ela só emagrece o bicho, porque dá muita afta na boca do animal. O

animal perde rendimento na produção de leite ou no ganho de peso. Mas essa doença boba virou barreira no mundo inteiro. Até dez anos atrás, o Brasil não dava muita atenção para a aftosa. Aí, começou a dar, porque viu que os grandes mercados estavam fechados. E os grandes mercados são os países desenvolvidos, que remuneram melhor. Um exemplo muito forte disso é a União Europeia, que era um grande mercado para a carne brasileira. Por problemas de rastreabilidade, a UE criou uma barreira, e o Brasil passou a exportar 10% do que exportava antes e teve de deslocar sua produção para outros mercados, principalmente para a Rússia e o Irã, que pagam menos pela carne. Tivemos um prejuízo financeiro grande.

**AGROANALYSIS** Há muita confusão em relação à febre aftosa. Há restrições à importação de suínos, quando a doença tem sido cada vez mais rara no Brasil e praticamente não afeta mais os suínos.

**PORTO** A febre aftosa tem acontecido raramente em bovinos, mas os suínos têm mais barreiras do que os bovinos. E o suíno é criado num sistema de confinamento total, do nascimento ao abate. O risco de transmissão da doença é mínimo.

**AGROANALYSIS** No caso do suíno esta restrição é só sanitária mesmo ou tem também um caráter econômico?

**PORTO** Na maioria dos casos há disfarces. Uma barreira sanitária é fortemente uma barreira comercial também. Veja o caso da África do Sul. Até 2005, o Brasil exportava carne bovina e carne suína. Aí



“Na maioria dos casos há disfarces. Uma barreira sanitária é fortemente uma barreira comercial também”

houve o foco de aftosa em Mato Grosso do Sul, e a África do Sul suspendeu as exportações. Dos grandes mercados com que tivemos problemas, foi o último a ser reaberto. Eles reabriram agora em março. Mas carne bovina, não suína. E o foco ocorreu em bovinos. A ministra da Agricultura da África do Sul esteve aqui no Brasil no início de abril, e nós reclamamos. Na verdade, eles não reabriram por problemas comerciais. A Associação Brasileira de Exportadores de Carne de Frango (Abef) esteve numa missão na Indonésia, e eles disseram que não dava para abrir o mercado, porque eles têm uma produção doméstica e pode prejudicar. Ora, a maioria desses países é membro da Organização Mundial de Saúde Animal. Quem reconheceu o *status* sanitário do Brasil foi a Organização. Portanto, se a Indonésia é um país membro, deve reconhecer a medida da Orga-

nização Mundial de Saúde Animal, e não ficar postergando, fazer da barreira sanitária uma barreira comercial. O Uruguai até agora em março não reconhecia o *status* sanitário do Brasil em aves, sob a alegação que nós tínhamos a doença de New Castle. O último foco dessa doença ocorreu no Rio Grande do Sul. O ministro uruguaio esteve aqui com o nosso ministro e o Inácio Kroetz, secretário de Defesa Agropecuária. E o Inácio virou para o ministro do Uruguai e disse: olha, os pássaros que podem ter a doença no Rio Grande do Sul vão para o Uruguai o tempo todo. E os de vocês também. Então, qual é o problema? Finalmente foi assinado um acordo, e eles concordaram em aceitar o *status* sanitário do Brasil, desde que a gente aceitasse uma quota de exportação. Acabamos aceitando. Só para evitar o vexame de ter um vizinho duvidando do nosso *status* sanitário.

**AGROANALYSIS** Quais são hoje as principais restrições sanitárias a nossos produtos. O que falta abrir?

**PORTO** Disparado, o maior mercado para as carnes suína e bovina, fechado para o Brasil hoje, é o Japão. Importou em 2008 US\$ 6,3 bilhões. O Japão é o maior importador mundial de carne suína e está fechado para o Brasil. Quem abastece os japoneses são os EUA, o Canadá e a Dinamarca. Muitas vezes, parte da demora em se derrubar a restrição sanitária é por causa do *lobby* dos concorrentes. Eles ficam fustigando as autoridades japonesas com suspeitas, com matérias da imprensa e outras coisas mais.

**AGROANALYSIS** É o caso dos EUA na carne de frango? Quem abastece o mercado russo são os EUA.

**PORTO** A Rússia é um caso à parte, porque o problema lá não é sanitário. Os russos não fazem parte da OMC e eles têm um sistema de quotas por origem geográfica. Essas quotas foram definidas dez anos atrás. Naquela época, o Brasil não tinha uma grande participação no mercado russo e acabou prejudicado. Nós temos pleiteado a eles fazerem quota sem discriminação geográfica. Mas não têm aceitado. Para bovinos, até flexibilizaram. No caso de suínos, a quota é de 40% do mercado, e a gente não pode ir além disso. No frango, a quota de livre acesso é só 5% do mercado. O maior exportador mundial de frango, o Brasil, só tem acesso a 5% do mercado russo, porque a quota é quase toda dos EUA. É um verdadeiro cartório para o frango americano.

**AGROANALYSIS** Nós temos chance de vender carne bovina para o Japão?

**PORTO** O mercado de carne bovina no Japão, de aproximadamente US\$ 2 bilhões, é dominado hoje pela Austrália e pelos EUA. A Austrália é ali do lado do Japão, e não vamos conseguir competir com eles. Com os EUA dá para concorrer. No caso dos suínos, é mais tranquilo.

**AGROANALYSIS** E o mercado americano? Quais são as nossas chances?

**PORTO** É o segundo grande mercado que está fechado para o Brasil. Eles importaram US\$ 2,75 bilhões de carne bovina e US\$ 761 milhões de carne suína em 2008. Depois, vem a Rússia, com US\$ 3,5 bilhões. Mas o mercado mais fechado para o Brasil é o México, que importou em 2008 US\$ 2,2 bilhões em carnes. Nós fizemos um estudo para avaliar, dos produtos que nós exportamos, qual é nossa presença nos países que importam esses produtos. Na média, deu 25%. O México deu 1%. É o pior mercado para o Brasil.

**AGROANALYSIS Qual é o motivo dessa restrição? Por causa dos EUA?**

**PORTO** É barreira mesmo. O México é o país que mais usa barreira sanitária, mas que na verdade tem um fundo comercial. Eles não querem concorrência e não querem acordo comercial com o Brasil.

**AGROANALYSIS Em que pé estão as negociações com o Japão?**

**PORTO** No Japão, que é o maior mercado fechado, a questão é sanitária. É a febre aftosa. O que nós temos negociado por hora, como primeira etapa, é o reconhecimento do Estado de Santa Catarina como zona livre de aftosa sem vacinação. O mundo precisa reconhecer o que Santa Catarina fez na área sanitária, para que isso sirva de exemplo e modelo para os demais. A maior resistência que países como o Japão têm é a regionalização. Eles defendem que o país todo tem de ser livre da doença, e não apenas um Estado ou uma região. Mas o Brasil patrocinou o princípio da regionalização, e a Organização Mundial de Saúde Animal reconheceu isso há vários anos. Agora, quando surgiu a gripe aviária, os americanos e os europeus queriam reconhecer e adotar também esse princípio. O Japão, que é uma ilha e não faz fronteira com ninguém, sempre defendeu que o país todo tem de ser livre de doença para que possa autorizar a importação. Depois de muitas negociações, eles reconheceram o princípio da regionalização. Agora, nós estamos negociando a habilitação de estabelecimentos. Nós acabamos de res-

ponder um questionário para o Japão. Foram quatro caixas de papel com 47 quilos de documentação que enviamos a Tóquio, referentes a 25 estabelecimentos. Felizmente, as negociações estão avançando.

“O maior mercado para as carnes suína e bovina, fechado para o Brasil hoje, é o Japão. Importou em 2008 US\$ 6,3 bilhões”

**AGROANALYSIS Se o Brasil conseguir abrir o mercado japonês, isto pode ser uma credencial para acessar outros países?**

**PORTO** Podemos abrir também a Coreia, que é um grande importador com US\$ 600 milhões de carne suína/ano. Estamos em processo de negociação com a Coreia também, mas está mais atrasado do que com o Japão.

**AGROANALYSIS E a China?**

**PORTO** Nós acreditamos que a China tende a ser importador crescente de todas as carnes, principalmente de carne suína, por conta da poluição, dos dejetos. A China é um dos países com maior problema de poluição do mundo. Na carne bovina, por causa de problema de espaço, eles abatem matrizes leiteiras. Então, a carne que eles comem é dura, e eles preferem comer carne cozida.

**AGROANALYSIS Alguns anos atrás, tanto as associações de produtores e exportadores quanto os próprios países importadores costumavam reclamar muito da burocracia do Ministério da Agricultura. Eles argumentavam que alguns relatórios solicitados pelos países importadores sobre questões sanitárias ficavam na gaveta de funcionários do Ministério e, às vezes, não eram nem respondidos. Com isso, o Brasil perdia a chance de exportar. Pela importância que o Ministério dá hoje às relações internacionais, isso mudou muito, não é?**

**PORTO** Muita coisa contribuiu para isso. O Roberto Rodrigues fez uma reestruturação completa do Ministério para adequá-lo às novas necessidades. Para você ter uma ideia, o Ministério não tinha uma área de relações internacionais. Havia 30 anos que não se fazia uma reforma estrutural. Antes disso, em 2001, o ministro Pratini de Moraes conseguiu retomar os concursos públicos para as contratações de fiscais, depois de 20 anos. Tudo isso renovou e aumentou os quadros. O agronegócio quase que triplicou de 2002 para cá. O Ministério se organizou mais. E no caso desta secretaria a grande vantagem é que ela conseguiu organizar a agenda internacional. Não havia uma agenda proativa. O pessoal viajava para apagar os incêndios.

**AGROANALYSIS E agora nós temos também os adidos agrícolas.**

**PORTO** Isso era uma demanda de longa data. A diplomacia brasileira é muito capaz e competente. Só que a carreira do diplomata o obriga a mudar de posto a cada três anos. O diplomata que está na China cuidando de agricultura poderá estar amanhã no Consulado de São Francisco carimbando passaporte. Outra coisa: cada vez mais as barreiras são barreiras técnicas. Pode ser rotulagem de alimento, segregação de transgênico ou alguma restrição sanitária. O adido tem mais condições de diálogo com os técnicos do Ministério da Agricultura local e mais facilidade para responder às demandas. ■

## Macroeconomia

# Crise europeia ou global?

Rogério Mori\*

OS TEMORES de uma nova rodada da crise financeira global voltaram a assombrar o mundo ao longo das últimas semanas. No epicentro desses temores figura a Grécia com sua debilitada situação fiscal, que suscitou sérias dúvidas acerca da capacidade do país em honrar seus compromissos em termos da dívida pública.

Na verdade, a problemática em torno da questão fiscal e da sustentabilidade da dívida pública em vários países europeus é um ponto relativamente crítico, há algum tempo, e coloca sérias dúvidas em relação ao futuro do euro no longo prazo.

De fato, do ponto de vista econômico, a integração de uma zona monetária por vários países pressupõe que os mesmos adotem regras harmônicas em termos de política monetária e de política fiscal. Essa adesão proporciona ganhos consideráveis em termos de mobilidade de capitais e de comércio internacional, além de outros aspectos econômicos que se traduzem em um aumento do bem-estar para a sociedade.

No entanto, o ingresso do país em uma zona monetária significa que o mesmo deve ter seu lado fiscal ajustado, uma vez que a geração recorrente de déficits nas contas públicas se traduz em um constante aumento da dívida do setor público. Ao longo do tempo, essa dinâmica se torna insustentável, uma vez que o desajuste fiscal permanente inviabilizará a sustentabilidade da dívida pública, e a possibilidade

de uma moratória se torna uma realidade no horizonte.

Em outras palavras, isso significa que a adesão de um país ao euro pressupõe que o mesmo siga parâmetros fiscais que não venham a ser violados sob o risco de um desajuste estrutural na dívida pública, levando a uma potencial moratória. O problema que a Grécia enfrenta nesse momento remete a essa questão, uma vez que o déficit público desse país é elevado e colocou sob risco a sustentabilidade da sua dívida pública.

É claro que poderia se questionar o papel da Grécia no contexto econômico da Europa dada sua baixa expressão frente a economias mais pujantes, como Alemanha e França, por exemplo. No entanto, o risco que a Grécia impõe ao cenário econômico europeu e global transcende aspectos que potencialmente estariam mais limitados à sua própria economia. Em um ambiente financeiro globalizado, no entanto, o potencial de dano financeiro e econômico é significativamente amplificado: instituições financeiras posicionadas em dívida grega começariam a enfrentar problemas e se veriam forçadas a vender ativos e restringir crédito para fazer frente ao problema. Esse processo, por esse mecanismo, seria transmitido a outras instituições e a outros países, e uma nova rodada de agravamento da crise seria verificada. Vale lembrar que o sistema financeiro internacional ainda se encontra relativamente combalido por conta dos efeitos da crise de fins de 2008,

o que torna o problema potencialmente mais grave ainda.

O “pacote” de auxílio europeu construído para ajudar a Grécia estanca o problema no curto prazo. No entanto, outros países europeus se encontram em uma posição delicada, como Portugal, Irlanda, Itália e Espanha. Esse quadro revela um momento sensível para a economia europeia e para o euro.

A saída para esse problema no longo prazo não é nenhuma outra senão o ajuste fiscal desses países. O “pacote” estruturado alivia o problema no curto prazo, mas não representa uma solução duradoura sem que a causa fundamental do problema, o desajuste fiscal, seja devidamente atacada.

Esse é um remédio amargo para os governos desses países, uma vez que a Europa representa uma região de baixo crescimento econômico. O ajuste, nesse contexto, se daria através do aumento de impostos e/ou da redução de gastos públicos. Isso representa, em ambas as situações, uma retirada do impulso de demanda agregada nesses países em um contexto de baixo crescimento. Sob essa perspectiva, essa é uma solução politicamente complicada para os governos desses países. Em função desses elementos, os mercados têm sofrido e devem continuar enfrentando turbulências ainda por algum tempo. ■

\* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)



Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: [brunoblecher@uol.com.br](mailto:brunoblecher@uol.com.br)



## RECORDE NA CANA

O primeiro levantamento da safra 2009/2010 de cana-de-açúcar, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), indica recorde de produção. A indústria sucroalcooleira deve moer nesta temporada 664,33 milhões de toneladas, 9% a mais do que em 2009/2010. A produtividade média é 0,6% superior à da safra passada.

## NOVAS USINAS

O aumento na produção de cana, segundo os técnicos da Conab, é consequência das dez novas usinas que entraram em operação nesta safra (três em Minas Gerais, duas em São Paulo, duas em Goiás e as outras em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Rio de Janeiro).

## SAFRA ALCOOLEIRA

Do total, 54,6% serão destinados à produção de 28,5 bilhões de litros de álcool (20,14 bilhões de litros do tipo hidratado e 8,4 bilhões do anidro). Cerca de 45% vão à produção de 38,7 milhões de toneladas de açúcar.



## CAFÉ PARA A COLÔMBIA

Um dos principais competidores do café brasileiro, a Colômbia está importando o grão do Brasil, informa a *Revista Cafeicultura*. As aquisições são pequenas, cerca de 5 mil sacas de café arábica. O motivo é a queda da safra colombiana (de 12 milhões de sacas para cerca de 9 milhões).

## BEZERRO FORTE

Analistas apostam em tendência de alta para o bezerro no médio e longo prazos. Os fundamentos do mercado são bastante positivos: as exportações estão crescendo, a demanda no mercado interno é firme, e houve um grande abate de matrizes.

## BOI NO NAVIO

Depois de embarcar 520.000 animais vivos para o exterior, principalmente Líbano e Venezuela, e faturar US\$ 420 milhões com o negócio, o Brasil planeja exportar este ano 600 mil cabeças. Nos dois primeiros meses de 2010, os embarques cresceram 40%.

## RENDA EM MATO GROSSO

# 11%

Foi o aumento da renda agrícola em Mato Grosso entre 2001 a 2007, período em que a produção agrícola cresceu

# 70%

Fonte: Assessoria de Pesquisas Econômicas Aplicadas da Secretaria Adjunta de Receita Pública, da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz)

## HÁ CINCO ANOS



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, divulgou a segunda estimativa para a safra 2005/06 de café. A colheita será de 32,46 milhões de sacas, uma queda de 16% em comparação à safra 2004/05, quando foram colhidas 38,66 milhões de sacas. O motivo para a redução da safra é a bianualidade dos cafezais.

**Agroanalysis, maio 2005**

Estimativa divulgada no dia 6 de maio de 2010 pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta para uma produção de 47 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. Esse valor representa aumento de 19,2% ante as 39,5 milhões de sacas do ano passado. O bom resultado é fruto da bianualidade positiva da cultura. Quando se compara a 2008, ano também de bianualidade positiva, o crescimento é de 2,85%.

## MUDANÇA NA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA UNIÃO EUROPEIA (CAP)

Recentemente, iniciou-se um debate sobre os novos rumos da política agrícola da UE. O orçamento apertado começa a pesar na discussão, e até mesmo a França, tradicional defensora dos subsídios, está mudando seu discurso e focando esforços na manutenção de barreiras que garantam prioridade para produtos produzidos dentro do bloco. Segundo apurado pela revista *The Economist*, políticas agrícolas fora da CAP que visam ao incremento tecnológico por meio de pesquisa e inovação têm ganhado força entre os países mais ricos da Europa (Alemanha, Inglaterra e França). Aos defensores da CAP resta mudar a estratégia e buscar outros argumentos além das tradicionais questões sociais e culturais. O novo foco tenta justificar essa política por sua importância em termos de preservação de meio ambiente e da garantia da segurança dos alimentos.

## COLHEITA ROBUSTA

A colheita do café conilon ou robusta começou em 14 de maio no Espírito Santo. A safra está estimada entre 7,5 e 8 milhões de sacas. A colheita deve gerar mais de 300 mil empregos, segundo o governo do Estado.

## LEITE QUENTE

Na média nacional do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, que abrange os Estados de RS, PR, SC, SP, MG, GO e BA, o valor bruto do leite subiu 8 centavos por litro (ou 11,8%) em abril ante a março, passando para R\$ 0,76/litro. Este ano, o preço do leite subiu até abril 27%, a maior alta já observada pelo Cepea para o período desde 1995. Em relação a abril de 2009, o acréscimo foi de 21,4% em termos nominais.



## Eficiência.

Quem investe para fazer melhor merece ser reconhecido.

O Prêmio Cooperativa do Ano é uma iniciativa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop) em conjunto com a revista Globo Rural. Busca reconhecer o trabalho de cooperativas que investem em inovação, criatividade e eficiência.

Em sua 7ª edição, que comemora os 40 anos da OCB, o Prêmio é voltado para cooperativas dos ramos Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Infraestrutura, Saúde, Trabalho e Transporte.

As inscrições estão abertas até o dia 26/07/2010. Para mais informações, acesse o Portal Brasil Cooperativo: [www.brasilcooperativo.coop.br](http://www.brasilcooperativo.coop.br)

## Prêmio Cooperativa do Ano

2010 • 7ª Edição

Transforme sua cooperativa em uma referência para o setor e um orgulho para o país.



## CRISE NA GRÉCIA

“Não acredito na eficácia desse pacote.

A situação na Europa é medonha, e o dinheiro vai impedir que a região afunde ainda mais. A recuperação europeia pode levar três anos. O menor crescimento do bloco europeu terá impactos sobre as exportações brasileiras”

**FÁBIO SILVEIRA**, da RC Consultores, sobre o pacote para conter a crise grega

“Todos [*os países*] estão com déficit fiscal. A Europa deve crescer menos de 1% este ano quando se esperava 1,5%. Agora deve ficar abaixo de 1%, inclusive no próximo ano”

**MARCELO NONNENBERG**, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

“Parte da savana tem as mesmas características do Cerrado, área que, há 40 anos, era considerada improdutiva. Bastou carinho com a terra para ela virar a área de maior produção de grãos do País”

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, presidente da República, ao receber em Brasília 40 ministros da Agricultura da África no dia 10 de maio último



“Mesmo que novas fusões e aquisições envolvam capital externo, o setor tende a permanecer majoritariamente em mãos brasileiras, diferentemente do que se vê em inúmeros outros setores da economia e do próprio agronegócio brasileiros”

**MARCOS JANK**, presidente da Unica, em artigo sobre a globalização do setor sucroenergético brasileiro

“Austrália e Uruguai, dois países que têm uma pecuária forte, sabem tirar proveito da visão sustentável ao unir o binômio pesquisa e marketing. A Austrália usa bem sua natureza, a imagem do país, tem políticos, pesquisadores e marketing no mundo inteiro. E vendem para os mercados mais valorizados. O Uruguai também sabe fazer marketing institucional”

**MARCIA DUTRA DE BARCELLOS**, professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

“A pecuária tradicional e extensiva praticada no Pantanal brasileiro é fator de conservação ambiental”

**JOSÉ ANIBAL COMASTRI FILHO**, chefe da Embrapa Pantanal, ao mostrar um estudo que comprova que 87% da vegetação nativa do bioma estão intactos

“As exportações de carne suína do primeiro quadrimestre confirmam perspectiva de bom desempenho para 2010. Podemos até falar em ligeira melhora em relação ao que esperávamos no início do ano. Somente não deve ocorrer significativo aumento de volume exportado, porque os embarques continuam sendo destinados aos mercados tradicionais, como a Rússia”

**PEDRO DE CAMARGO NETO**, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs)



## Defensivos agrícolas

## Seus efeitos na produtividade agrícola brasileira

Evandro Scheid Ninaut<sup>1</sup>Marco Olívio Morato de Oliveira<sup>2</sup>

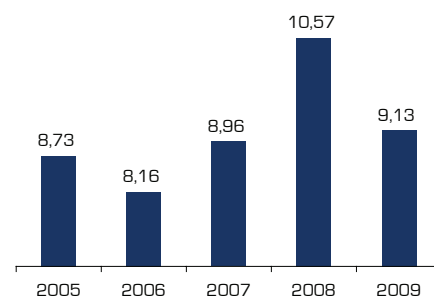
O AGRONEGÓCIO brasileiro é o principal responsável pela solidez econômica do Brasil, tanto pela manutenção da oferta de alimentos baratos, quanto pela geração de empregos e distribuição interna de renda e também pela atuação no mercado internacional como um dos maiores exportadores de alimentos. Os números são expressivos. A agropecuária foi responsável por 42% dos valores exportados pelo Brasil em 2009, colaborando para os números positivos apresentados pela balança comercial.

Parte desse sucesso só foi possível graças ao aumento de produtividade observado no campo. Nesse sentido, podemos destacar o comportamento das culturas de grãos, que tiveram sua produtividade significativamente aumentada nos últimos anos, o que possibilitou produzir mais em uma mesma área, retardando a expansão das fronteiras agrícolas e reduzindo, consequentemente, desmatamentos de florestas para a produção.

## Consumo e preço de defensivos agrícolas

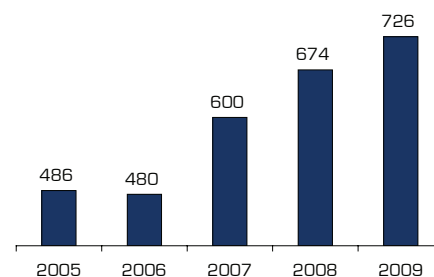
Esse aumento de produtividade se deve à adoção de técnicas apropriadas de

Valor médio do defensivo agrícola no Brasil (US\$/kg)



Fonte: Sindag

Consumo de defensivos agrícolas (mil t)



Fonte: Sindag

## Consumo de defensivos agrícolas por classes (t)

Classes	Consumo de defensivos		
	Ano 2005	Ano 2009	Incremento
Herbicidas	271.903	429.693	58,0%
Fungicidas	61.860	89.889	45,3%
Inseticidas	99.688	137.908	38,3%
Acaricidas	10.644	12.281	15,4%
Outras	41.874	55.806	33,3%

Fonte: Sindag

cultivo e manejo, como a utilização de agricultura de precisão, plantio direto, rotação de culturas, manejo integrado de pragas, uso de defensivos agrícolas e também adoção de novos pacotes tecnológicos, como materiais geneticamente modificados.

Atualmente, muito se debate sobre o uso de defensivos agrícolas e seus impactos na saúde, no meio ambiente e também na produção agrícola. O fato é que muito se especula sobre o uso de defensivos, porém, há poucos estudos devidamente fundamentados sobre o assunto, e, ainda assim, os que existem muitas vezes não são considerados.

Além disso, ao tratar do assunto, informações são citadas sem atenção criteriosa, como o fato de o Brasil ser o maior consumidor mundial de defensivos agrícolas, título ganho no ano de 2008, quando o País chegou a consumir pouco mais de US\$ 7 bilhões em defensivos agrícolas. É fato que, ao mesmo tempo, no Brasil, o defensivo agrícola é um dos mais caros do mundo. Em 2008, por exemplo, o preço médio do quilograma do produto atingiu o valor de US\$ 10,57.

## Relação: consumo de defensivos e produção agrícola brasileira

De forma clara, o consumo de defensivos agrícolas no Brasil no período de 2005 a 2009. A partir de 2006, percebe-se um crescimento constante do consumo interno.

Este aumento se deve, principalmente, à utilização de herbicidas, que cresceu cerca de 58% no período de 2005 a 2009, em decorrência, em grande parte, da consoli-



Foto: USDA NRCS



dação de cultivos de soja com variedades geneticamente modificadas.

Ao detalhar o consumo de defensivos no ano de 2009, nota-se que os herbicidas foram responsáveis por 59% do volume comercializado no referido ano, seguidos pelos inseticidas, com uma participação de 19%.

A soja foi a principal cultura-alvo dos defensivos em 2009, sendo responsável pelo consumo de 47,1% do mercado, cerca de US\$ 3,12 bilhões. A partir de uma análise detalhada, nota-se que cerca de 35,1% deste volume ou seja, US\$ 1,09 bilhões, foram de herbicidas, resultado do aumento do cultivo de variedades transgênicas.

A safra recorde anunciada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vem colaborar com o comportamento histórico da produção agrícola brasileira, que teve, nos últimos anos, um aumento constante de produtividade. Esse incremento só foi possível com a adoção de tecnologias adequadas e também pelo uso de defensivos agrícolas, no que tange às variáveis de controle, desconsiderando fatores climáticos atípicos, que aumen-

tam o consumo de defensivos sem necessariamente traduzir-se em aumento de produtividade.

Levando-se em conta os dados fornecidos pela Conab, a produção recorde do ano de 2009, 146,31 milhões de toneladas, e a redução de 2% da área plantada (área total plantada em 2009 - 47,6 milhões de hectares), tem-se outro recorde, o de produtividade média, com 3.073 kg de alimento por hectare. Analisando o aumento da produtividade média agrícola brasileira no período de 2005 a 2009, verifica-se um crescimento médio anual de 6,28% na produtividade.

A evolução do índice de produtividade foi fator determinante para o registro de uma produção maior em uma mesma quantidade de área, gerando também maior rentabilidade ao produtor e redução na pressão por abertura de novas áreas para a produção agrícola.

Em valores absolutos, a produção agrícola aumentou de 114,69 milhões de toneladas no ano safra 2004/2005 para 146,31 milhões de toneladas no ano safra 2008/2009, ou seja, registrando um crescimento de 27,6%. Pode-se notar a

importância do aumento de produtividade e inferir que o mesmo está atrelado à adoção de técnicas mais eficientes e ao consumo de defensivos agrícolas.

## Conclusões

Feita essa análise, tem-se claro que a atual produção agrícola brasileira depende do uso de defensivos, e interferências nesta relação se traduzem em aumento de custo e diminuição de produtividade. A ausência de patente é outro fator que interfere, neste caso positivamente, na rentabilidade daqueles que atuam no campo. Ela traz a possibilidade de produtos mais baratos ao agricultor, diminuindo, assim, o custo de produção. Com isso, o produtor pode investir em outras fases do processo produtivo, melhorando a sua eficiência. Além disso, os princípios ativos que estão neste grupo têm um longo histórico, ou seja, suas particularidades já são conhecidas, inclusive os possíveis impactos à saúde humana e ao meio ambiente, o que contribui para a adoção de procedimentos que atenuem ou eliminem esse reflexos.

Esses são fatores que ratificam a importância de uma reavaliação quanto ao cancelamento do registro de defensivos agrícolas, processo que deve ser criterioso, baseado em estudos técnico-científicos sérios e comprovados. O setor agrícola necessita de mecanismos que permitam a manutenção de defensivos com eficiência comprovada, de baixo impacto à saúde e ao meio ambiente, e que também sejam de baixo custo ao produtor rural. ■

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas e gerente de Mercados da OCB

2. Engenheiro Agrônomo, especialista em Recursos Hídricos e analista de Mercados da OCB

## Evolução da produtividade e do consumo de defensivos

	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	Média
Produtividade (kg/ha)	2.339	2.560	2.851	3.040	3.073	2.773
Incremento <sup>1</sup> %	-	9,45	21,89	29,97	31,38	23,17
Consumo de Defensivos (t)	485.969	480.124	599.839	673.896	725.581	593.082
Incremento <sup>1</sup> %	-	[1,20]	23,43	38,67	49,31	27,55

1. Com relação à safra 2004/05  
Fonte: Sindag

# ESPECIAL SUSTENTABILIDADE

O aumento da produção e da ênfase global no agronegócio trouxe à tona a temática da sustentabilidade e sua relevância na agenda dos gestores do setor. As perspectivas e demandas cada vez maiores representam desafios significativos para as empresas, seus clientes, fornecedores e a sociedade em geral. A gestão da reputação e da marca, os métodos de produção sustentáveis e a melhoria das condições sociais são aspectos essenciais para melhorar a competitividade das empresas do setor. Nossas organizações ainda precisam evoluir no que diz respeito às iniciativas sustentáveis, além de disseminar as boas práticas a toda a cadeia de valor. Nesse contexto e considerando que neste mês comemoramos o dia da Ecologia e do Meio Ambiente, publicamos em parceria com os especialistas da PricewaterhouseCoopers - Brasil um conjunto de artigos sobre sustentabilidade nas suas dimensões de responsabilidade econômica, equilíbrio social e preservação ambiental nas cadeias produtivas do agronegócio. Nosso intuito é de suscitar a reflexão e a discussão sobre os aspectos abordados e oferecer suporte especializado.





## Transparência de informações

José Rezende\*



Nas duas últimas décadas, o agronegócio se tornou um dos setores que mais contribuíram para o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico e social no Brasil. O reconhecimento a essa contribuição pode ser medido pelos elevados investimentos do governo e do setor privado e pelo significativo aumento do interesse junto à comunidade internacional.

No que diz respeito à conjuntura de fatores que garantiram destaque para o

setor do agronegócio como disseminador da riqueza de negócios, sem dúvida podem-se destacar a atenção dos grandes líderes empresariais juntamente com a elevada capacidade de produção de *commodities* do País. Sem esquecer os aspectos, pelo quais o Brasil se destaca como potência mundial, relacionados a boas condições de relevo e ao clima.

Atualmente, a intensa atividade de produção voltada ao agronegócio, debatida nos principais centros mundiais, trouxeram à tona a temática da sustentabilidade e sua relevância na agenda dos gestores do setor. As promissoras perspectivas e as demandas cada vez maiores representam desafios significativos para as empresas e seus públicos de interesse, especificamente para corporações globais estabelecidas em mercados emergentes.

O gerenciamento da reputação e da marca, os métodos de produção sustentáveis e a melhoria das condições sociais são aspectos considerados para as empresas serem competitivas e atenderem às exigências de grandes blocos de países desenvolvidos, como, por exemplo, o processo de certificação de produtos e os meios de produção supervisionados pela União Europeia. Nesse contexto, o setor passou a discutir a importância das práticas empresariais e, principalmente, a divulgação transparente de seus modelos de gestão.

A transparência em relação à sustentabilidade das atividades do agronegócio é do interesse de diferentes públicos, incluindo o mercado, funcionários, organizações não governamentais, investidores internacionais, fornecedores, entre outros. O grande desafio no que se refere à divulgação das informações está voltado para a prática de medir, relatar e prestar contas aos públicos de interesse sobre o desempenho organizacional, visando ao desenvolvimento sustentável.

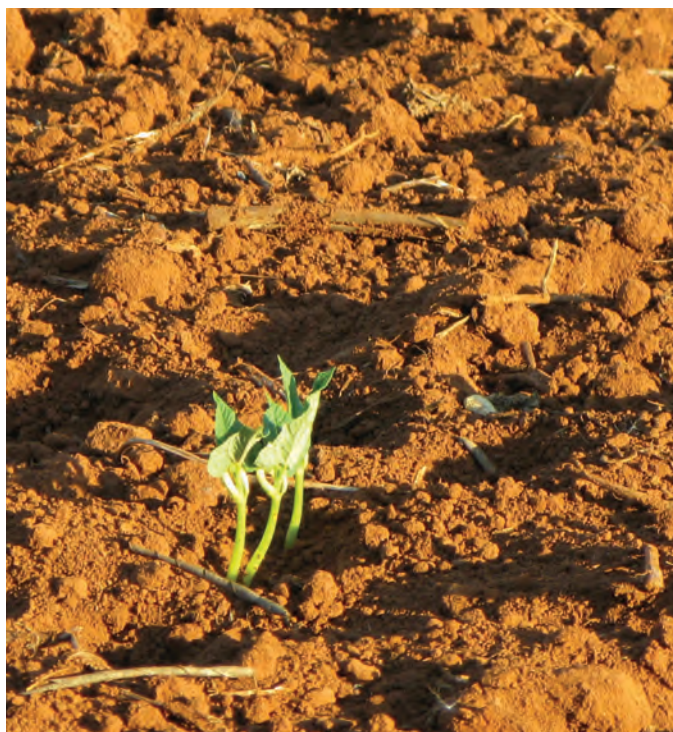
### Ganhos de longo prazo

Quando se relaciona as iniciativas voltadas à elaboração e divulgação de informações de sustentabilidade com as práticas do agronegócio, pode-se destacar a necessidade de evolução que as organizações devem assumir em relação às iniciativas sustentáveis, além de disseminar as boas práticas a toda cadeia de valor.

No setor em geral, observa-se uma postura voltada à conformidade legal, além de ações defensivas relacionadas à mitigação sobre o aumento de custos das empresas. Isso indica a necessidade de uma gestão não apenas voltada a reduzir riscos de litígios e de prejuízos à imagem, mas com a iniciativa e ganho de longo prazo, através da integração de práticas de sustentabilidade nos negócios.

Alguns segmentos se anteciparam em adotar uma abordagem adequada em relação aos aspectos de sustentabilidade. A cadeia do etanol e da soja, por exemplo, há alguns anos realiza melhorias com o objetivo de reduzir os impactos de seus negócios, seja na relação com os funcionários ou na prestação de contas aos agentes governamentais. A ação foi motivada, entre outros aspectos, pela necessidade de adequação à cultura de seus clientes estrangeiros, principais consumidores de seus produtos. Nos países do continente europeu, há grande preocupação quanto à origem e ao ciclo de produção dos produtos consumidos. Isso inclui a gestão das práticas trabalhistas e também a maneira como a organização mitiga os impactos no ambiente.

O setor da soja teve destaque quando a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec) se comprometeram,



## Modelos de divulgação

Quando se trata de divulgar informações que vão além do aspecto financeiro e econômico, as empresas frequentemente seguem os modelos baseados nos chamados relatórios de responsabilidade social empresarial, que buscam oferecer uma descrição equilibrada e sensata da gestão e do desempenho da organização, sejam positivas ou negativas. A divulgação de informações negativas não representa uma ameaça à estrutura operacional ou de reputação, mas sim demonstra o compromisso da gestão com a melhoria do desempenho.

Um passo importante foi o estabelecimento de um padrão global para elaboração de relatórios de sustentabilidade. Como a temática da sustentabilidade e a respectiva divulgação de informações vinham sendo discutidas sem um norteamento claro, o Global Reporting Initiative (GRI) tomou a iniciativa de estabelecer padrões globais e permitir a comparabilidade dos dados. A abordagem de elaboração e divulgação desenvolvida pelo GRI encoraja as organizações a apresentarem as informações de maneira a retratarem o desempenho econômico e socioambiental, proporcionando uma análise comparativa de mercado. Essa análise, sem dúvida, enriquece o grau de percepção de todos os públicos de uma organização.

O rigor sobre as informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade tem aumentado significativamente no decorrer dos últimos anos, à medida que a avaliação sobre o desempenho e o potencial de uma organização se baseia cada vez mais em aspectos não financeiros. O investidor está atento aos aspectos intangíveis da organização, como, por exemplo, o valor da marca, as políticas de gestão de pessoas, os aspectos de governança corporativa, o monitoramento dos passivos ambientais e os programas de fidelização com os fornecedores.

Ciente do desafio quanto à qualidade das informações divulga-

das sobre as práticas de sustentabilidade, o GRI encoraja as organizações a reportarem o processo de elaboração do relatório, incluindo a construção da materialidade, ou seja, das temáticas de maior relevância na ótica dos principais agentes envolvidos na cadeia de valor. Além disso, incentiva o estabelecimento de metas que permitam identificar melhorias em diversos aspectos organizacionais.

Para que as empresas possam elaborar um relatório de sustentabilidade com informações de qualidade e que possibilite mensurar a performance da gestão, o GRI propõe um conjunto de indicadores estruturados nas dimensões ambientais, sociais e econômicas, além do aprofundamento de outros aspectos e categorias, como, por exemplo, as práticas voltadas ao produto, desempenho sobre atividades de prevenção à corrupção e relações com entidades governamentais.

Logicamente, a utilização desses indicadores por parte das organizações depende das características e prioridades de cada setor. A efetividade será reconhecida principalmente se essas forem definidas em conjunto com os públicos de interesses. Isso permite contemplar outros pontos de vista e abrir o diálogo para o atendimento de necessidades e interesses distintos. As diretrizes do GRI também se destacam sob a proposição dos aspectos voltados à elaboração dos relatórios, sendo categorizados pelo princípio da materialidade, inclusão dos públicos de interesses, abrangência, exatidão, clareza, periodicidade, confiabilidade, equilíbrio, comparabilidade e contexto da sustentabilidade. Dentre os princípios, vale destacar que a qualidade de um relatório de sustentabilidade será reconhecida quando a organização divulgar informações confiáveis, claras e que possam trazer alguma forma de identificação e inclusão das partes interessadas.

em 2006, a não comercializar soja proveniente de áreas desflorestadas do bioma da Amazônia. Conhecida como “moratória da soja”, essa iniciativa demonstrou o interesse na busca de soluções para o desenvolvimento de uma estrutura transparente dos padrões de operação e reforçou aos agentes governamentais a necessidade de definição e cumprimento de políticas públicas aplicáveis àquela região.

Dentre outras iniciativas de gestão que o setor do agronegócio apresenta à sociedade, pode-se destacar desafio de integrar as questões socioambientais à estratégia de negócios para garantir a vantagem de tornar-se referência no mercado. O grau de maturidade das organizações do agronegócio será reconhecido juntamente com a evolução das informações divulgadas, seja no contexto dos resultados financeiros ou nas práticas de gestão operacionais e intangíveis.

Levando em consideração as atuais práticas de mercado sobre a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e relacionando-as com o agronegócio, vale destacar os desafios que os empresários do setor, bem como os atores envolvidos na cadeia de valor, terão pela frente no dia a dia de suas operações e na construção de estratégias corporativas, nas quais a efetividade e a clareza estejam diretamente ligadas à perenidade do negócio. A atenção sobre a adoção de estratégias empresariais relacionadas à sustentabilidade pode favorecer a posição econômica e de reputação de uma organização. E a fidelização dos agentes envolvidos na cadeia passará pelo caminho da criação de valor, fomentando oportunidades aos potenciais clientes cujas necessidades reais permaneçam compreendidas.

\* Sócio da PricewaterhouseCoopers – Brasil e líder do setor de Agronegócios



## É possível produzir e preservar

Kátia Abreu\*

Cerca de sete bilhões de pessoas vivem no planeta Terra. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que, para o ano de 2050, a produção mundial de alimentos deverá aumentar em aproximadamente 70%. E o papel do Brasil é de extrema relevância nesse contexto. O maior desafio para o setor agropecuário brasileiro é preservar o patrimônio ambiental e continuar produzindo alimentos de qualidade, enquanto convive com as dificuldades de um cenário de inaceitável insegurança jurídica e com as investidas ideológicas de grupos sem compromisso com o desenvolvimento do País.

Vários fatores contribuíram para que o Brasil, em menos de 20 anos, se tornasse o segundo maior exportador mundial de alimentos. Sua privilegiada posição geográfica, o clima, a tecnologia tropical, a eficiência e a dedicação dos produtores, além da disponibilidade de área e da abundância de recursos hídricos, tornaram a nossa agricultura altamente competitiva.

A vocação brasileira para a produção de alimentos, somada às constantes inovações tecnológicas, permitiu ganhos de produtividade, que evitaram a conversão de novas áreas com cobertura vegetal nativa. Em números, significa um crescimento de produtividade acima de 5% ao ano, enquanto a expansão da área produtiva se mantém abaixo de 1,7% ao ano.

Mostramos ao mundo que é possível conciliar a produção de alimentos com preservação ambiental. Utilizamos cerca de 160 milhões de hectares com pastagens e 50 milhões de hectares para produzir 144 milhões de toneladas de grãos e fibras, além de 25 milhões de hectares para cana-de-açúcar, café, hortifruti-granjeiros, plantio de florestas e cacau, entre outros. Com essa produção, abastecemos o mercado interno e exportamos o excedente para mais de 200 países, gerando um superávit comercial de US\$ 55 bilhões na balança comercial do agronegócio. Somos responsáveis pela manutenção de 27 milhões de empregos e participamos com 23,5% de PIB nacional.

Conquistamos esses índices de produção sem destruir o nosso meio ambiente. Somos o único país do mundo que reserva 2/3 de seu território à conservação. São 477 milhões de hectares preservados com vegetação original, o que representa 56% do território brasileiro. Tal fato coloca o País como o segundo maior detentor de florestas no mundo.

Queremos continuar nesse rumo. Por isso, defendemos a atualização da legislação ambiental, que não atende aos desafios contemporâneos da produção baseada nas boas práticas agrônômicas. O Código Florestal, criado em 1965, vem sendo alterado, nos últimos 20 anos, por uma série de Medidas Provisórias, Leis e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), sem qualquer critério científico. Sem embasamento técnico, as modificações, muitas vezes equivocadas, acabaram

engessando o setor produtivo, desqualificando seu potencial e gerando grande insegurança jurídica.

O produtor não consegue se adaptar constantemente aos novos critérios de uso da terra impostos aleatoriamente. São normas que surgem a todo o momento, sem alicerces científicos justificáveis. Além de não existir qualquer prova de sua plena eficácia em termos de proteção ambiental, retira áreas da produção sem considerar as técnicas de conservação do solo e o processo histórico de ocupação das diversas regiões do País.

A aplicação, pura e simples, de todas as normas do atual Código Florestal reduziria significativamente a produção agrícola nos principais Estados produtores, além de causar impactos sociais, gerados pelo desemprego dos trabalhadores ligados ao setor. Varreria do território nacional quase toda a produção de uva, maçã, café e outras culturas, tanto em pequenas, como em médias e grandes propriedades. Vale lembrar que, na época em que o Código foi criado, as áreas de proteção permanente foram estabelecidas aleatoriamente, sem nenhum estudo científico, aplicando-se para toda a extensão do território brasileiro a mesma regra, sem considerar as diferenças ambientais de cada região.

Não se discute a importância da conservação dos solos, da água e do ar. É para isso que utilizamos técnicas que evitam a degradação ambiental, a exemplo do plantio direto. Mas proibir o uso da terra ao invés de se exigir a adoção das boas práticas agrônômicas e ambientais é um contrassenso. Sequestramos carbono, produzimos água. Meio ambiente e atividades agropecuárias são, definitivamente, interdependentes e conciliáveis.



Não se pode, nos dias de hoje, fechar os olhos para os diversos estudos acadêmicos desenvolvidos com o objetivo de embasar mudanças que conciliem as perspectivas da conservação da biodiversidade da produção e do desenvolvimento econômico.

Diante desse cenário, nós, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), atuamos em defesa da readequação de alguns itens da legislação, para que compatibilizem a produção agropecuária com a proteção ambiental efetiva, o que não ocorre hoje.

### Premissas básicas

As nossas bases para discussão partem dos seguintes pressupostos:

- Desmatamento zero nas florestas;
- Pagamento por serviços ambientais;
- Respeito às áreas consolidadas de produção de alimentos;
- Recuperação e manutenção das Áreas de Proteção Permanente (APPs) fluviais, encostas e topos de morro, conforme as orientações técnico-científicas.

Para a correção de eventuais erros cometidos no passado e que somente agora estão sendo apontados pela ciência, a CNA buscou a parceria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em busca de uma resposta cientificamente correta para o grande desafio do setor: preservar o enorme patrimônio ambiental do País e continuar produzindo alimento barato e de qualidade. Foi assim que surgiu o Projeto Biomas, iniciativa pioneira que construirá a maior rede de pesquisa em produção agrícola sustentável já montada no Brasil.

Implantaremos vitrines tecnológicas, que orientarão os produtores sobre as técnicas de preservação das áreas sensíveis nos diferentes biomas brasileiros, estabelecendo padrões para a produção sustentável no País. Os agricultores, especialmente os pequenos e médios, terão acesso gratuito aos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores e poderão escolher, a partir de exemplos reais, a melhor solução para a sua propriedade. São ações como estas que embasarão, técnica e cientificamente, nossas propostas sobre meio ambiente. Mais do que ninguém, o homem do campo sabe que a sobrevivência de sua atividade depende fundamentalmente da preservação dos recursos naturais.

A questão agroambiental tornou-se, definitivamente, um tema do interesse de todos, com fortes aspectos socioeconômicos e políticos. São áreas que não podem ser normatizadas de forma dissociada. A legislação deve compatibilizar, de forma racional, a atividade produtiva e a preservação. Deverá ser, acima de tudo, inteligente, com orientações sustentadas pela ciência e pela pesquisa. Esta, afinal, é a grande equação do desenvolvimento sustentável.

## Metano, aquecimento e mudança do clima

Luiz Gylvan Meira Filho\*

O debate sobre as medidas apropriadas para limitar a mudança do clima, devido ao aumento da concentração na atmosfera dos gases que causam o efeito estufa, incorre em um erro básico no caso do metano, que já provoca danos potenciais sérios para a pecuária brasileira. Urge, portanto, esclarecer a equivalência entre emissões de dióxido de carbono e emissões de metano, para que as políticas públicas atinjam as metas propostas.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabeleceu como meta a estabilização da concentração atmosférica dos gases de efeito estufa em níveis seguros, que foram objeto de debates e negociações internacionais durante muitos anos. A dificuldade está no fato da ciência estimar a magnitude da mudança do clima para diferentes níveis, bem como a magnitude dos danos correspondentes.

O julgamento sobre o que é considerado seguro é uma decisão de caráter político, dependente de percepções sobre a taxa de desconto (o valor presente líquido de danos futuros) e o fator de aversão ao risco (as incertezas sobre a magnitude dos danos).

No ano passado, finalmente, foi estabelecido um consenso. Primeiro em reunião do Fórum das Principais Economias, em Áquila, na Itália. Depois no Acordo de Copenhague, por ocasião da 15ª Conferência das Partes da Convenção, de que a mudança do clima deve ser limitada a dois graus Celsius ao final deste século.

Uma vez decidida a meta, o próximo passo é analisar as emissões dos diferentes gases de efeito estufa e os diferentes setores de atividade humana para estimar duas contribuições relativas:

- Primeiro: das emissões de cada gás e de cada setor para o problema global;
- Segundo: das reduções de emissões de cada gás em cada setor para diminuir a mudança do clima.

A formulação de políticas públicas inclui duas considerações, relacionadas entre si: a contribuição relativa das emissões de cada gás em cada setor para a mudança do clima atual e a contribuição relativa das reduções de emissões de cada gás em cada setor para diminuir a mudança do clima. Essa estimativa não é de caráter político, mas, sim, factual.

Para abordar o problema de formulação de políticas públicas, é necessário estimar a contribuição para a mudança do clima das emissões de cada gás ao longo de um período.

Os diferentes gases de efeito estufa têm tempos diferentes de residência na atmosfera. A emissão anual de, por exemplo, de uma tonelada de dióxido de carbono causa um aumento de sua concentração atmosférica em uma tonelada. Esse excesso diminui exponencialmente, no início rapidamente, e depois muito lentamente, chegando a milhares de anos.

\* Senadora da República (DEM/TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)



## Qual o índice de equivalência apropriado?

Com uma construção análoga à do GWP, definiu-se um índice de equivalência que considera a emissão de uma unidade de metano e estima o aumento de temperatura após cem anos. Considere a emissão de uma unidade de dióxido de carbono e estime o aumento de temperatura após cem anos. A razão (ou quociente) entre os dois resultados é o índice de equivalência procurado.

Chamei a atenção sobre este fato em 1997 e na primeira comunicação nacional submetida pelo Brasil à Convenção, foi redigida uma nota no sentido de que o Brasil preferia não somar as emissões dos diferentes gases de efeito estufa com o uso do GWP100, porque isso conduziria a políticas públicas inapropriadas.

No entanto, na formulação da submissão brasileira para a Conferência de Copenhague, o Brasil optou somar as emissões dos diferentes gases com o uso do GWP100. A consequência é, por um lado, que a importância relativa da pecuária nacional, com suas emissões de metano devidas à fermentação entérica, passa a ser maior até do que as emissões devidas ao desflorestamento e, por outro, que a redução de emissões de metano na pecuária ganha uma proeminência indevida.

A reunião organizada pelo IPCC, em Oslo, na Noruega, concluiu a Métrica Global adequada para a mudança do clima seria o índice de temperatura descrito acima, a ser designado GTP, sigla em inglês de Global Temperature Increase Potential ou Potencial de Aumento da Temperatura Global. Na reunião, o Prof. Keith Shine, da Universidade de Reading, apresentou artigo com estimativa feita a partir de modelo numérico da mudança do clima, onde se verifica que o GTP100 do metano é quatro ou cinco, no lugar de vinte e um ou vinte e três para o GWP100.

Portanto, a diferença para a pecuária não é nada desprezível. O horizonte de tempo continua a ser arbitrário, mas é razoável supor que seja mantido o horizonte de cem anos, como no caso do GWP, pois, se certamente seria difícil conceber políticas públicas para um horizonte mais longo. O prazo de cem anos tem uma justificativa, pois corresponde à soma, por um lado, do tempo físico entre a emissão de dióxido de carbono e o máximo de aumento de temperatura resultante, com a duração de investimentos em infraestrutura, ambos da ordem de quarenta ou cinquenta anos.

A reunião de especialistas observou ainda que a escolha da métrica deveria levar em conta a meta desejada. Ocorreu antes da reunião de Áquila, quando foi iniciado o movimento que culminou com o acordo em Copenhague no sentido de fixar a meta da Convenção em dois graus Celsius para o aumento de temperatura.

Essa diferença ocorre para todo e qualquer gás de efeito estufa com tempo de vida na atmosfera muito mais curto do que a escala de tempo da mistura de calor nos oceanos. O caso do metano é o exemplo mais notável, mas aplica-se também a certos gases industriais como alguns hidrofluorcarbonos (HFCs) com vida muito curta. Não há diferenças significativas para gases com tempo de vida mais longo, como o óxido nitroso, com tempo de vida de cento e catorze anos.

O setor de agropecuária deveria se envolver na discussão sobre este tema, pois, do contrário, podem ser estabelecidas políticas públicas nas esferas internacional e nacional que façam com que o setor seja chamado a dar uma contribuição ao esforço de combate à mudança do clima que será ineficaz, além de desproporcional à sua responsabilidade.



O aquecimento global que provoca a mudança do clima está relacionado com a persistência do excesso de concentração do gás de efeito estufa na atmosfera, ou seja, a temperatura aumenta enquanto o excesso de concentração persistir.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), no primeiro relatório de avaliação da ciência da mudança do clima, em 1990, reproduziu a sugestão da literatura científica da época, de que as emissões de diferentes gases de efeito estufa poderiam ser comparadas por meio de um índice de equivalência denominado GWP100 (Global Warming Potential, ou Potencial de Aquecimento Global), definido como:

*“o total de energia de aquecimento cem anos após a emissão de uma unidade de um gás de efeito estufa, dividida pelo total de energia de aquecimento cem anos após a emissão da mesma quantidade de dióxido de carbono”.*

O valor do índice de equivalência do metano foi inicialmente estimado em vinte e um, valor consagrado no Protocolo de Kyoto, e revisado para vinte e três, com as melhorias nos modelos. Ou seja, a emissão de uma tonelada de metano resulta, após cem anos, na deposição de vinte e uma (ou vinte e três) vezes mais energia do que a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono.

Ocorre que o total de energia de aquecimento não é uma boa maneira de medir a mudança do clima. A forma adequada de medir a mudança do clima é o aumento de temperatura. Em matemática, diz-se que os danos são uma função monotônica crescente do aumento de temperatura. O mesmo não ocorre com o total de energia.

À primeira vista, o senso comum indica que o aumento de temperatura é proporcional ao total de energia de aquecimento, como a termodinâmica define calor (energia):

*“a quantidade de energia necessária para elevar a temperatura de um litro de água de um grau Celsius. Ou: o aumento de temperatura é igual ao total de energia de aquecimento dividido pela capacidade calorífica do objeto, no caso a água dos oceanos”.*

Ocorre que isso é válido somente para sistemas fechados, em que não há perda de calor. Mas, no planeta Terra, há perda de calor por radiação infravermelho, proporcional à quarta potência da temperatura da superfície, fenômeno conhecido como radiação de corpo negro. A distribuição de calor nos oceanos é um processo moroso; leva cerca de trinta anos nas camadas superficiais dos oceanos e muito nas camadas profundas.

Se a mesma quantidade de energia de aquecimento for depositada na superfície mais rapidamente do que a transferência de calor nos oceanos (caso do metano), o aumento de temperatura será menor do que se a mesma quantidade de energia for depositada lentamente (caso do dióxido de carbono). Portanto, a equivalência das emissões de gases de efeito estufa baseada no total de energia não é um critério apropriado para avaliar o efeito relativo sobre a mudança do clima. Podem-se facilmente

imaginar situações em que uma maior deposição de energia de aquecimento resulte em um menor aumento de temperatura, bastando para isso que seja feita de forma muito rápida. E vice-versa, uma menor deposição de energia de aquecimento pode resultar em maior aumento de temperatura, bastando para tal que seja feita lentamente.

\* Pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) e consultor. Foi copresidente do Grupo de Trabalho Científico do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e vice-presidente do Painel

## O agronegócio sustentável

Karina Anhe\*

O Brasil terá de percorrer um longo caminho para obter o desenvolvimento sustentável. Isso é o que indica o diagnóstico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que avalia vinte e três aspectos relativos à atmosfera, terra, água doce, a oceanos, mares e áreas costeiras, à biodiversidade e ao saneamento, os chamados Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS 2008). Desses, a dimensão ambiental é a que apresenta o maior número de pontos negativos ou em lento progresso. Nessa edição, foram inseridos dados sobre as emissões de gases de efeito estufa (GEE), o que demonstra a preocupação cada vez maior com as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

Entre os indicadores ambientais se destacam: a redução do consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio, o aumento do número de unidades de conservação, a redução nos focos de incêndios entre 2004 e 2006 e a tendência estacionária da poluição atmosférica - exceto a de ozônio (O3), cuja concentração registra aumento. As estatísticas do IBGE indicam também que as quantidades de fertilizantes e agrotóxicos usados na agricultura cresceram. Além disso, indicadores como o desmatamento na Amazônia, que vinham melhorando, sofreram revezes no período mais recente, ao que tudo indica em consequência do próprio crescimento econômico.

### Estatísticas de emissões

As emissões referentes ao setor agronegócio, de acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, corresponderam a aproximadamente 22% das emissões convertidas para CO<sub>2</sub> e (dióxido de carbono equivalente) nacionais em 2005 e representaram uma redução de 3% em relação a 1990, de acordo com os setores inventariados (energia, processos industriais, agropecuária, mudança de uso de terra e floresta e tratamento de resíduos) e que fizeram parte dos valores preliminares divulgados em 2009.



Fontes de emissões	GEE	Outros gases
Fermentação entérica	CH <sub>4</sub>	
Dejetos de animais	CH <sub>4</sub> , N <sub>2</sub> O	
Cultivo de arroz	CH <sub>4</sub>	
Queima de resíduos agrícolas	CH <sub>4</sub> , N <sub>2</sub> O	NOx, CO, NMCOV
Emissões de solos agrícolas	N <sub>2</sub> O	

Fonte: Tabela elaborada pelos autores de acordo com informações preliminares do Inventário brasileiro das emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, publicado em 2009.

De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC), a concentração atmosférica global de óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) resultante das atividades do agronegócio aumentou de um valor pré-industrial de 270 partes por bilhão (PPB) para 319 ppb. O IPCC considera que aproximadamente 1% de todo o nitrogênio aplicado na forma de fertilizantes nitrogenados é perdido para a atmosfera como óxido nitroso (N<sub>2</sub>O). Entretanto, pesquisas realizadas no Brasil mostram que esses valores devem ser menores, principalmente em sistemas agrícolas do Cerrado, onde as condições de aeração dos solos não favorecem essas emissões.

Outro estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente estimou que o volume de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) provenientes do setor agropecuário aumentou cerca de 30% (1994 a 2007). Segundo o estudo, as emissões da pecuária aumentaram 25%, o uso do solo, em 39%. Com relação aos

outros setores estudados, as emissões também aumentaram na área de energia, processos industriais e tratamento de resíduos.

### Inventário de Emissões de GEE

Há um consenso de que o aquecimento global e as alterações climáticas são questões essenciais no desenvolvimento sustentável. Pelas estatísticas das emissões observadas e, não menos importante, pelas divergências dos dados de órgãos e estudos que as estimam, percebe-se a necessidade primordial de gerenciar convenientemente os riscos de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e seu progresso no longo prazo. Assim será possível definir políticas climáticas, nacionais ou regionais, para obter o desenvolvimento sustentável.

Segundo um estudo apresentado em 2006, pelo inglês Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, reduzir a emissão dos gases que provocam o efeito estufa a níveis seguros custaria 1% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Não fazer nada poderá custar entre 5 e 20 vezes. Além disso, não apenas o agronegócio, mas todos os setores da economia vêm continuamente encarando novas mudanças e incertezas, os consumidores demandam e exigem cada vez mais produtos e serviços ambientalmente corretos. Em nenhuma outra época as empresas estiveram tão expostas às críticas da sociedade, que observa a maneira como um empreendimento se relaciona com as comunidades afetadas pelo negócio. Não estabelecer uma relação próxima com a comunidade pode ser um risco para o empreendimento. Buscar o desenvolvimento sustentável de seu entorno mostra visão da excelência ambiental que deve ser perseguida



A tendência do agronegócio é de crescimento, e isso se acentua ainda mais na medida em que caminhamos para uma ecoeconomia, ou seja, uma economia baseada nos princípios e limites da natureza e embasada nos pilares da sustentabilidade. Deste modo, visando gerar um benefício ambiental verdadeiro, seja ele tangível ou não, a prática do agronegócio precisa buscar cada vez mais reduzir os danos em toda a cadeia de negócios. Nesse quesito, o inventário de emissões torna-se uma estratégia importante para se alcançar tal objetivo.

O inventário de emissões faz parte de um gerenciamento estratégico integrado, que visa conhecer as emissões de GEE e gerenciá-las, através de ações específicas, visando à redução de emissões e à identificação de oportunidades e riscos associados.



Elaborar um inventário rigoroso pode ser entendido como um pré-requisito no estabelecimento de uma meta de GEE, interna ou publicamente, e assim, consequentemente, medir e relatar o seu progresso. E ainda, se ele for bem gerido e estruturado, será útil para se enquadrar em vários objetivos de negócios, tais como:

- Gerir riscos de GEE e identificar oportunidades de redução;
- Participação em programas de relatórios públicos voluntários ou obrigatórios e em programas voluntários de GEE;
- Participação em mercados de GEE;
- Reconhecimento para uma ação de voluntariado antecipada;
- *Benchmarking* de performance;
- Análise de Ciclo de Vida de Produto.

O registro e o relatório de qualquer inventário de emissões de GEE devem ser focados nos seguintes princípios básicos: aplicabilidade, integralidade, consistência, transparência e exatidão. Atender integralmente a esses princípios requer uma estratégia

eficiente e eficaz tanto de controles internos como de todo o sistema de gerenciamento de dados ambientais relacionados às emissões e às incertezas associadas.

Inventariar emissões é um processo complexo e detalhado que exige metodologia e ferramentas adequadas e específicas, além de tempo para sua implementação. Os benefícios de implementar um inventário rigoroso, porém, são inúmeros. Inventariando as emissões com alto grau de padronização, o agronegócio terá entendimento real dos impactos ambientais gerados por suas atividades e/ou serviços e poderá desempenhar uma estratégia de redução e/ou compensação das emissões de GEE, além de identificar os pontos de melhorias nos quais podem ocorrer outros ganhos ambientais.

### Vantagens de inventariar emissões de GEE:

- **Melhoria na tomada de decisão;**
- **Redução de custos** (eficiência energética e de materiais);
- **Melhoria na conformidade, na transparência e na compreensão da informação relatada;**
- **Maior facilidade no monitoramento e na avaliação ao longo do tempo;**
- **Melhor entendimento de todo o sistema utilizado para se produzir um produto e, consequentemente, aprimorá-lo** (desenvolvimento de produto, escolha de tecnologia, reformulação de produtos ou processos);
- **Seleção de indicadores ambientais relevantes para avaliação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);**
- **Melhoria da competitividade de produtos e serviços** (vantagem competitiva).

Eles ainda podem ser avaliados por empresas privadas independentes (verificação externa) que podem atestar se o inventário foi realizado de acordo com os critérios (metodologias, protocolos ou normas) pré-estabelecidos durante sua implementação. Além disso, a verificação externa do inventário é vista com maior transparência por todos os públicos de interesse, além de proporcionar melhor credibilidade quando os dados são assegurados.

Gerir os gases de efeito estufa (GEE) com certeza trará benefícios tangíveis e intangíveis ao agronegócio. Por este e outros fatores acima mencionados, hoje a implementação do inventário de emissões de GEE é vista como uma ferramenta inserida dentro de uma estratégia de mudanças climáticas e sustentabilidade e, portanto, um novo paradigma em busca de uma vantagem competitiva.

\* Supervisora da PricewaterhouseCoopers – Brasil e especialista em gestão de riscos, compliance e governança

## Gestão sustentável na cadeia pecuária

Carlos Rossin\*  
Leonardo Costa\*

No decorrer dos últimos anos, em especial o segmento de pecuária, é tratada como vilão do meio ambiente por uma parcela significativa da sociedade civil – de ambientalistas e ONGs a jornalistas. Esse fato contribui para macular a imagem do setor, essencial economicamente ao nosso país e responsável por parte significativa do PIB e do saldo positivo da balança comercial.

Em 2009, dois relatórios causaram grande impacto à imagem do setor: em junho, o relatório lançado pela ONG Greenpeace, denominado *Slaughtering the Amazon* (A Farra do Boi na Amazônia), responsabiliza a cadeia pecuária pelas ações de desmatamento na região amazônica. A ONG afirma que 80% do desmatamento na região são resultados da expansão da atividade pecuária. Ainda, o setor seria responsável por 14% de todo o desmatamento mundial.

Mais do que denunciar o desmatamento, o relatório também acusa diversas fazendas de fazer uso de trabalho escravo e degradante, além de tratar como corresponsáveis pelo desmatamento as empresas, que utilizam ou vendem produtos e subprodutos da pecuária brasileira, como o couro e a carne do gado criado na região.

Já em dezembro de 2009, a pesquisa Estimativa de Emissões Recentes de Gases de Efeito Estufa pela Pecuária no Brasil, elaborada por entidades como INPE, UnB, Embrapa, Amigos da Terra e UFG, afirma que as emissões de gases de efeito estufa pela pecuária no Brasil representam, aproximadamente, 50% das emissões totais nacionais, sendo que a maior contribuição se deve ao desmatamento para as novas pastagens na região amazônica.

Ambos são relatórios elaborados por organizações com credibilidade internacional, que expõem com grande impacto a situação atual e que, mais do que informar, exigem do setor que se mobilizem em busca de respostas concretas.

Assim, além de discutir o resultado desses relatórios, é importante que as empresas e os produtores da cadeia pecuária brasileira busquem cada vez mais uma gestão sustentável de sua atividade. Isso será cada vez mais exigido pelas suas partes interessadas – desde ambientalistas e ONGs, até consumidores (mercado interno e, atualmente, principalmente o externo) e empresas.

A gestão sustentável da atividade pecuária deve abordar, mais do que a preocupação tradicional com custos, qualidade e entrega, também aspectos sociais e ambientais, ou seja, o gerenciamento de riscos nas seguintes dimensões: econômico, operacional, qualidade, social e trabalhista, ética e ambiental.

A gestão de questões sociais e trabalhistas se refere, por exemplo, ao estabelecimento de práticas e políticas que garantam aos trabalhadores a liberdade de associação a sindicatos, o uso de equipamentos de saúde e segurança, cumprimento da legislação trabalhista por parte dos empregadores. Além disso, jamais deve ser feito uso de trabalho infantil e trabalho forçado análogo ao escravo.

Na dimensão ética, devem-se instituir políticas contra as práticas de propina e corrupção, conflitos de interesses, cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis ao setor e a disseminação dos valores éticos defendidos pela empresa às suas partes interessadas.

A questão ambiental da cadeia pecuária é a dimensão de maior destaque em ambos os relatórios. O desmatamento de matas nativas, o cumprimento da legislação estadual, o uso e a ocupação do solo e o uso de recursos naturais são assuntos de grande destaque no que tange à sustentabilidade da cadeia pecuária brasileira.

O desmatamento de áreas nativas para a formação de pastagens para a atividade pecuária, especialmente na região amazônica, é o principal fator contribuinte para a diminuição da cobertura vegetal e das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, amplamente apontado nos dois relatórios.

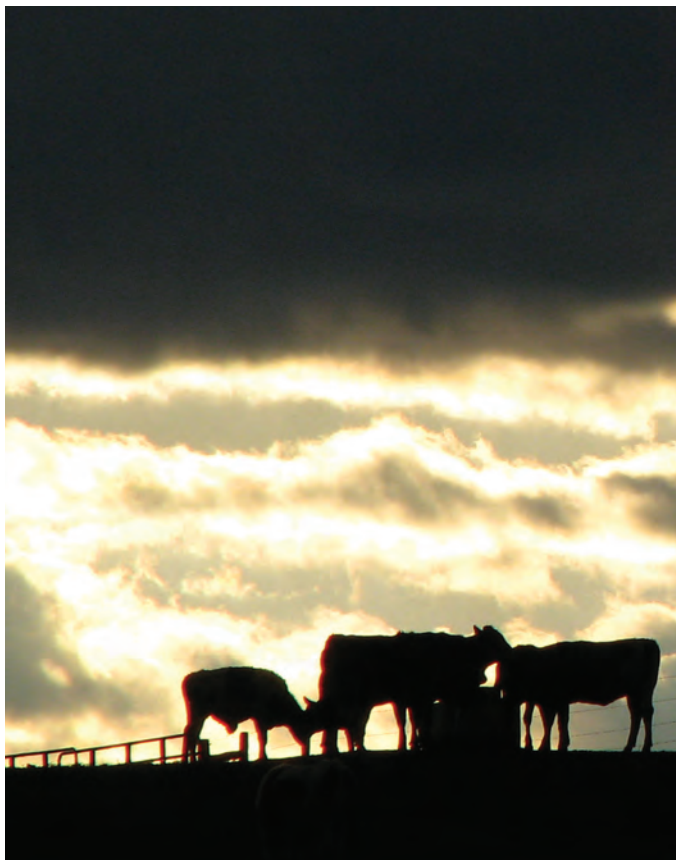
Devido ao grande impacto causado pelo relatório do Greenpeace, as empresas da cadeia pecuária citadas como corresponsáveis pelo desmatamento da região amazônica e trabalho escravo sofreram grande pressão por parte da opinião pública. Como consequência, foram obrigadas a tomar medidas para mitigar maiores impactos em sua imagem e reputação.

Após o lançamento do relatório, algumas redes de supermercados decidiram interromper, em conjunto, os pedidos de compra de frigoríficos cujos fornecedores constam nas listas de fazendas irregulares dos ministérios do Meio Ambiente e do Trabalho. Também o BNDES, que detém participação acionária nos maiores frigoríficos do País, listou uma série de exigências socioambientais impostas àqueles que pretendem obter acesso ao crédito público e às empresas nas quais é acionista.

Poucos meses depois, pecuaristas e frigoríficos assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se comprometendo a rastrear os bovinos ao longo da cadeia pecuária e a monitorar, via satélite, o avanço do desmatamento, para garantir a sustentabilidade ambiental e a segurança jurídica da atividade pecuária.

Atualmente, os frigoríficos avançaram no processo de cadastrar e monitorar seus fornecedores no bioma amazônico, apesar de ainda não conseguirem rastrear 100% de sua cadeia, medida necessária para garantir que não há mais gado sendo criado em áreas de desmatamento.

Em relação ao setor público, um programa muito interessante chamado MT Legal foi criado pelo governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que visa promover a regularização ambiental das propriedades rurais, permitindo um maior controle



do uso dos recursos ambientais. Consistentemente acusado de ser o Estado com os níveis mais altos de desmatamento, Mato Grosso propõe uma iniciativa inovadora, que deveria ser seguida pelos demais Estados da Federação.

Empresas do setor e governos podem agregar padrões e diretrizes internacionais de sustentabilidade às metodologias tradicionais de gestão. É o caso da conhecida Global Reporting Initiative (GRI), que encoraja as empresas a reportar o processo de implementação dos princípios e políticas, estabelecer metas, identificar as melhorias alcançadas nos diversos aspectos e avaliar internamente a consistência entre a política de sustentabilidade corporativa e sua efetiva realização.

A gestão da cadeia pecuária através das seis dimensões – econômica, operacional, qualidade, social e trabalhista, ética e meio ambiente – deve se tornar prática comum para aqueles que desejam garantir desde sua imagem e reputação até o aumento de receitas e participação de mercados, visto que principalmente o mercado externo só demandará produtos pecuários brasileiros se estes estiverem estritamente dentro dos padrões exigidos, tais sejam, aqueles que atendem as seis dimensões de uma gestão sustentável econômica, social e ambiental.

\* Gerente sênior e supervisor da PricewaterhouseCoopers – Brasil e especialistas em Sustentabilidade

## Transformando GEE em negócios

Ernesto Cavasin\*

Carlo Linkevicius Pereira\*

Apesar da parcela de responsabilidade nas emissões de GEE's, o setor agropecuário brasileiro pode se destacar na luta contra o aumento a temperatura global, sem custos e incrementando receita às suas margens.

Para que não haja elevação de mais de dois graus, a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera deve ser menor a 450 ppm (partes por milhão). Para isso, a emissão total de GEE durante este século não deve ultrapassar, em média, 18 Gt CO<sub>2</sub>e/ano. No entanto, as emissões globais, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) já ultrapassam 40 Gt CO<sub>2</sub>e/ano. Segundo a PricewaterhouseCoopers (PwC), no estudo *The World in 2050 - Can rapid global growth be reconciled with moving to a low carbon economy?*, se mantidas as condições atuais, as emissões de carbono devem dobrar até 2050. Para que os riscos associados às mudanças climáticas sejam aceitáveis, as emissões deveriam ser a metade das atuais.

Relatório do Banco Mundial de 2009<sup>1</sup>, sobre o mercado de carbono, aponta a agricultura como responsável por 12% das emissões antrópicas de gases de efeito estufa globais. Considerando a alteração no uso do solo e a queimada das florestas, esse montante sobe para 30%. O primeiro inventário brasileiro de gases de efeito estufa demonstra que o Brasil contribuiu com 2,19 GtCO<sub>2</sub>e, sendo que, desses, 22% são relativos ao setor agropecuário e 58%, da alteração no uso do solo e florestas, principalmente devido às queimadas na floresta amazônica.

De acordo com a versão para consulta pública do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, “com base nas projeções do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC, 2007, regiões hoje produtoras podem, em 2020, deixar de ser, com deslocamento de culturas ou mesmo redução das áreas chamadas de baixo risco de produção. Um exemplo é a cultura do café, que poderá se deslocar para o sul do País”.

Considerando esse cenário, muitos esforços eclodiram para que houvesse uma diminuição no ritmo de crescimento da taxa de emissão de gases de efeito estufa. Governos, sociedade civil e empresas têm empreendido esforços para conseguir atingir o objetivo dos dois graus. No entanto, a comunidade internacional teve suas expectativas frustradas com relação à COP-15<sup>2</sup> (conferência das partes) quando imaginou que propostas mais efetivas fossem compor o acordo em Copenhague na luta pelo clima. Por esse resultado malogrado, muitos estão descrentes das atuais iniciativas como, por exemplo, os mercados voluntários e o mercado convencional que foram criados para negociar as reduções certificadas de emissões. Contudo, é importante ressaltar o avanço ocorrido até agora.



## Mercado de carbono

Existem dois tipos de mercado. O voluntário, regido pelas regras do mercado com diversos tipos de certificações (são inúmeros mercados globalmente, inclusive, discute-se atualmente no Brasil a regularização de um mercado nacional de carbono), e o convencional, atrelado ao Protocolo de Kyoto, e sob a égide da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). De acordo com a agência independente Point Carbon, o valor da tonelada da redução certificada de carbono é de 14 euros.

Ano	Mercado voluntário <sup>1</sup>		Mercado convencional <sup>2</sup>
	US\$ milhões	Milhões de t	US\$ bilhões
2007	335,3	66	63
2008	704,8	123,4	126

1. State of the Voluntary Carbon Markets 2009 (Estado dos Mercados de Carbono Voluntários – tradução livre);

2. Banco Mundial.

Há a expectativa de uma lei federal norte-americana instituindo o mercado interno de gases de efeito estufa e do projeto de lei climática dos Estados Unidos, que provavelmente, incluirá a possibilidade de compensações fora dos EUA, criando, assim, outro mercado de grandes proporções.

Um questionamento recorrente, quando se têm à frente grandes cifras, é como desenvolver e financiar tal projeto. Para o desenvolvimento, podem-se usar metodologias existentes ou elaborar uma específica. Cabe às empresas analisar suas atividades por meio do inventário de gases de efeito estufa, com o qual podem identificar e quantificar as emissões e fontes emissoras. O financiamento de projetos de carbono pode ser captado de diversas formas, como, por exemplo, os fundos do Banco Mundial, do BNDES e de outras agências de fomento. Além disso, a maioria dos bancos comerciais já possui linhas especiais de crédito para o financiamento de projetos de carbono.

Cada dólar gasto com projetos de MDL viabiliza, segundo o Banco Mundial, cinco dólares em investimentos, assim como reduz numa proporção maior a despesa com projetos de adaptação às mudanças climáticas. Portanto, vale mais prevenir do que remediar.

Apesar dos projetos de carbono no Brasil, por enquanto, viabilizarem outros projetos, diversos setores da economia serão cobrados a reduzir suas emissões. Com a urgência do tema, o governo federal promulgou a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que prevê redução total das emissões de gases de efeito estufa de 36,1% até 38,9% em relação às previsões de emissões no Brasil em 2020.

Regionalmente, a Política Estadual de Mudanças Climáticas (Pemc) aprovada pelo Governo do Estado de São Paulo, sancionada com base nas emissões de 2005, uma meta de redução de



20% das emissões de gases de efeito estufa em todos os setores até 2020. Portanto, os projetos de carbono podem deixar de ser uma oportunidade de incremento de receita e passar a ser uma ação onerosa de adequação às legislações ambientais.

## Agropecuária

O setor agropecuário tem se mostrado presente nas discussões referentes ao tema e lançou a Aliança Brasileira pelo Clima com o objetivo de reduzir o desmatamento. Segundo a UNFCCC, 5% dos projetos de MDL registrados são do escopo de agricultura, no entanto, projetos relacionados com energia, como os de cogeração que envolvem o setor, não estão contabilizados. Essa pequena participação se atribui ao fato de ainda não existirem metodologias para as atividades que apresentam grande potencial de redução, como, por exemplo, o manejo no uso do solo.

A participação do setor pode se dar por meio de iniciativas, como: melhorar o manejo de pastagens, usar o confinamento de animais – reduzindo o ciclo de produção e as áreas necessárias para a produção de carne, adoção do plantio direto e redução do uso de fertilizantes nitrogenados. Boas práticas de manejo do solo também contribuem para o sequestro de carbono, assim como a produção de biocombustíveis e o reflorestamento que, além de alternativas para reduzir as emissões, têm papel importante na fixação de CO<sub>2</sub>.

Apesar de todos os alertas e iniciativas, a expectativa é que as emissões oriundas da agricultura aumentem devido ao crescimento populacional e à mudança na dieta da população mundial.

## Caso Agrocere

Algumas empresas já despertaram para essa oportunidade. A Agrocere Genética e Nutrição Animal Ltda. está implementando projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) em sua fazenda de pesquisa em genética e nutrição. O programa de sustentabilidade tem como principais objetivos melhorar o sistema de gestão de resíduos, reduzir as emissões de GEE e proporcionar melhores condições a seus trabalhadores, contribuindo localmente e globalmente.

O projeto consiste na coleta e no tratamento dos resíduos, instalando digestores anaeróbicos (biodigestores) nas fazendas. O biogás será capturado e queimado a fim de reduzir as emissões de metano, o principal GEE emitido devido à atividade pecuária. O sistema de gestão do dejetos animal introduzido como parte da atividade do projeto, bem como o previsto no cenário de linha de base, está em conformidade com o quadro regulatório no Brasil. Os suínos são manejados em condições de confinamento, o que é favorável para a obtenção de metano, uma vez que os resíduos são facilmente tratados e armazenados em sistemas líquidos, denominados lagoas anaeróbias.

A tecnologia do biodigestor consiste em uma lagoa primária coberta, onde o chorume originário da granja entra em um fluxo contínuo alimentado pela força gravitacional. Esse sistema é capaz de fornecer um ambiente adequado para a digestão anaeróbia. Como resultado do processo de digestão anaeróbia, o biogás é produzido e armazenado sob a capa do biodigestor; o efluente segue para lagoas e, em seguida, é espalhado sobre a terra como um biofertilizante.

A redução das emissões de GEE é conseguida através da combustão do biogás, que é convertido em CO<sub>2</sub>, evitando, portanto, as emissões de metano, que tem um potencial de efeito estufa 24 vezes maior que o CO<sub>2</sub>. Esse projeto está para ser registrado na UNFCCC, após ter sido aprovado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, órgão responsável pela avaliação dos projetos do mercado convencional no Brasil. Após o registro e posterior monitoramento, a Agrocere poderá vender os créditos de carbono no mercado internacional, gerando receita para o seu negócio. Esse é um ótimo exemplo de empresas que antevêm riscos transformando-os em oportunidades.

## A rastreabilidade da carne bovina

Luiz Perdigão\*

Luiz Barbosa\*

O crescimento do setor de produção animal tem significativamente maior do que o crescimento do setor de produção agrícola no mundo, segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). A mesma organização aponta que a demanda por produtos de origem animal (incluindo alimentos e subprodutos) deve dobrar nos países em desenvolvimento até 2030, principalmente devido ao aumento da população mundial e ao crescimento da renda *per capita*.

### Consumo mundial de carne bovina (kg per capita/ano)

Países desenvolvidos	22,2
Países em desenvolvimento	6,4
Brasil	36,9
Mundo	9

Fonte: Adaptado de FAO (2008), FNPPC-CNA/Brasil, (2009), apud DBO, (2009).

O rebanho mundial de gado é composto de 935 milhões de cabeças, sendo que Índia, Brasil, Estados Unidos e China detêm um rebanho de 660 milhões de animais, ou cerca de 70% do rebanho mundial, enquanto os demais países somam 275 milhões de cabeças.

### Distribuição do rebanho mundial - 2008

País	Milhões de cabeças	País	Milhões de cabeças
Índia	282	Outros	30
Brasil	175	Austrália	28
China	106	México	27
Estados Unidos	97	Rússia	18
União Européia	88	África do Sul	14
Argentina	56	Canadá	14

Fonte: Adaptado do Usda, 2009.

Nos países em desenvolvimento, a atividade pecuária aumenta como resultado do crescimento da população e da renda, com mudança de hábito alimentar, chamado de “westernização de dietas”: a população consome mais alimentos mais nobres e buscam fontes proteicas animais.

Isso demonstra uma grande oportunidade para os países produtores. No Brasil, há uma perspectiva de aumento da produção nos países em desenvolvimento e, especialmente, a principal consequência será uma maior pressão da comunidade internacional com relação à criação de animais em regiões protegidas ambientalmente, áreas próximas a centros urbanos

\* Equipe de sustentabilidade empresarial da PricewaterhouseCoopers

1. State and Trends of the Carbon Market Report 2009 (Relatório sobre o Estado e as Tendências do Mercado de Carbono – tradução livre)

2. A COP-15 foi a décima quinta conferência das partes realizada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima em Copenhague.

e com altos índices demográficos. Outro fator da equação demanda crescente estimulando crescimento da produção é que a expansão desorganizada pode afetar negativamente a biodiversidade de importantes biomas. Esses impactos afetam as relações comerciais com a comunidade internacional e a habilidade de exportação da carne bovina brasileira para mercados considerados *premium*.

Uma importante ferramenta na reversão de um quadro de percepção negativa acerca da cadeia da carne bovina brasileira é a rastreabilidade. Entende-se por esse conceito um sistema que permite o controle e a identificação individual de animais durante todo o ciclo de vida (momento da sua identificação pós-nascimento até o abate e posterior corte para o mercado consumidor), registrando eventos de manejo, transferências e movimentações ocorridas durante o ciclo.

A efetiva rastreabilidade de bovinos, atendendo às exigências do mercado interno e principalmente do mercado externo, é uma grande oportunidade de agregar valor à carne, fortalecendo a cadeia e todos os elos nela envolvidos. Esse sistema de controle, quando efetivo, permite estabelecer uma relação mais sustentável entre os elos da cadeia (produção, indústria, varejo), melhor planejamento e controle e ganhos provenientes de “prêmios” pagos no mercado externo por produtos com garantia de origem e livres de passivos socioambientais.

Para garantir um bom controle de bovinos, deve-se implementar um sistema de rastreamento que contemple processos eficientes e transparentes, para que os integrantes da cadeia de valor (produtores, processadores, distribuidores e consumidores) possam obter conforto sobre as etapas envolvidas na cadeia.

Existem alternativas oferecidas por empresas privadas, nas quais a identificação é feita por dispositivos eletrônicos, com a eliminação do risco de erro de digitação, além de efetuar o

georreferenciamento no momento em que o identificador do animal é lido, permitindo, assim, a localização do animal e evidenciando que o mesmo não está invadindo áreas de proteção ambiental. No frigorífico, o processo de identificação dos cortes é acompanhado por funcionários das empresas que oferecem esses serviços, possibilitando a rastreabilidade total até a embalagem dos cortes de carne.

O caminho para o sucesso de um sistema de controle de animais que permita a agregação de valor à carne brasileira depende de ações conjuntas entre produtores, varejistas, exportadores e o governo, através de suas agências regulatórias, e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), que devem buscar uma solução integrada e eficiente, garantindo a transparência e disponibilidade de informações para os *players* da cadeia.

\* Supervisor e consultor da PricewaterhouseCoopers – Brasil e especialistas em agronegócio

## Gestão sustentável na cadeia sucroenergética

Vanessa Nardy\*

O setor sucroenergético está atravessando um período de bonança: a quebra da safra de cana-de-açúcar na Índia e o consequente aumento expressivo dos preços do açúcar no mercado internacional iniciaram uma fase de recuperação e reestruturação de grande parte das usinas, que saíram abaladas da crise financeira mundial de 2008. A preferência pela produção do açú-







car nas usinas aliada a um regime de chuvas não muito favorável à colheita contínua causaram o aumento também nos preços do etanol nesta última safra, e, com isso, várias empresas se viram no cenário ideal para consolidação.

Os investimentos no setor voltaram a roubar a cena: apenas nos primeiros três meses de 2010, o número de transações envolvendo empresas do setor sucroenergético atingiu o total de movimentações ocorridas no ano passado. Isso evidencia também a forte tendência de concentração e internacionalização do setor, em que tem se mostrado cada vez mais presente a participação de grandes grupos e de investidores estrangeiros no agronegócio da cana-de-açúcar. Estima-se que, para a safra de 2010/11, 22% da moagem de cana estejam nas mãos de grupos estrangeiros, enquanto em 2007/08 essa participação era de apenas 7%. Esses investimentos também são visíveis na área de infraestrutura, principalmente nos projetos para facilitar o escoamento dos produtos: ferrovias para transporte de açúcar e dutos transportando o etanol, além dos incentivos à expansão da cogeração de energia e sua eficiente distribuição na rede elétrica. Tudo para promover a maior eficiência e diminuir os custos que oneram o setor. Podem-se citar também os esforços despendidos, principalmente pela Unica, para a “commoditização do etanol”, padronizando o biocombustível com medidas específicas para sua expansão em novos mercados.

Todas essas movimentações demonstram um novo posicionamento do setor: a tendência de profissionalização e solidificação, essenciais para a sustentabilidade econômico-financeira das empresas no longo prazo. O setor atualmente é detentor de uma maior estrutura de capital e adquiriu versatilidade para atender à demanda crescente de seus produtos, sensíveis às alterações dos preços no mercado internacional. A profissionalização do negócio, a implementação de uma gestão eficiente e a busca por uma maior disciplina do capital são os fatores mais relevantes para as empresas conseguirem o acesso ao crédito. O dinheiro existe e está disponível no mercado, cabendo às empresas apenas atenderem aos requisitos de seus investidores e demonstrarem qualidade em sua gestão. Não serão mais aceitáveis, por exem-

plo, os altos níveis de alavancagem que existiam há alguns anos; os financiadores buscam um entendimento cada vez maior das operações e da gestão de negócios de seus financiados, e o custo desse crédito pode tornar-se caro quando não são atingidas essas exigências básicas.

Além disso, a busca pela sustentabilidade ambiental e pela menor dependência dos combustíveis fósseis vem promovendo uma grande movimentação mundial de recursos para o financiamento de projetos “limpos”. O BID estima que, em apenas três anos, cerca de 80% de todos os empréstimos concedidos à área de energia sejam direcionados para os projetos de energia renovável. Incentivos como prêmios também têm sido oferecidos para estimular os investimentos em energia limpa, como foi o caso do BNDES, que ganhou o prêmio cedido pela Bloomberg como o melhor financiador de projetos em bioenergia.

A maior parte desses investimentos deverá ser destinada a melhorias internas do setor, com uso de capital intensivo principalmente na mecanização das lavouras, fortemente incentivado pelo Protocolo Agroambiental, e na linha de cogeração de energia, com a aquisição de caldeiras mais potentes. Ademais, o momento é propício para as compras, uma vez que muitos projetos *greenfields* (construção a partir do zero) foram abandonados no período da crise. Os principais alvos para as incorporações são os grupos familiares e aqueles que necessitam de capital de giro. Assim, os ganhos de escala e de sinergia em unidades produtoras asseguram a competitividade do setor frente às instabilidades do cenário internacional.

Com isso, pode-se dizer que o setor é atualmente regido pelas palavras “investimento” e “governança corporativa”. Os investimentos são necessários para o decolar das usinas com as oportunidades surgidas neste novo contexto de preços altos e expectativas positivas no cenário mundial, e a governança é o fator requerido para alcançar o almejado tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) no longo prazo.

\* Analista do PwC Agribusiness Research & Knowledge Center e especialista no setor sucroenergético.

## Sustentabilidade

## Somos todos responsáveis

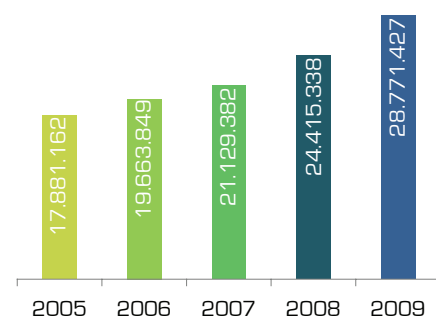
João Cesar Rando\*

A TUAR DE forma ambientalmente correta é o que prega a maioria – se não a totalidade – dos setores produtivos que visam crescer com sustentabilidade. O termo, que já deixou de ser novidade, quando bem trabalhado e implantado dentro de uma ideia, corporação e/ou instituição, provoca admiração e prestígio perante a sociedade que, por sua vez, também já aprendeu o valor e a importância de ser sustentável.

Graças aos esforços e ao total comprometimento de todos os elos da cadeia produtiva agrícola (agricultores, canais de distribuição e cooperativas, indústria e poder público), o programa brasileiro de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas é hoje reconhecido internacionalmente pelo modelo de gestão pós-consumo desse tipo de material. A iniciativa, que partiu da mobilização dos próprios fabricantes de defensivos agrícolas há quase duas décadas, justifica e potencializa o significado da responsabilidade compartilhada. Desde a fase embrionária, o programa brasileiro sustenta-se por uma lei inteligente (9.974/00), que designa responsabilidades específicas a cada agente dentro da cadeia.

Foi a partir dessa organização que nasceu o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), uma entidade sem fins lucrativos que representa a indústria fabricante de defensivos agrícolas em sua responsabilidade de dar a destinação adequada às embalagens vazias de produtos fitossanitários. Em operação há oito anos, o instituto vem desenvolvendo sua expertise na gestão do ciclo de vida das embalagens.

Brasil: evolução da destinação de embalagens vazias (kg)



Fonte:

Ao compararmos o início das operações e os dias atuais, tanto a estrutura como os resultados justificam a liderança do sistema. Em março de 2002, o inpEV possuía em seu rol de associadas 22 empresas fabricantes. Faziam parte do sistema 34 unidades de recepção que receberam 3.700 toneladas de embalagens vazias. Hoje, 84 fabricantes são associadas ao instituto, 412 unidades de recebimento de embalagens fazem parte do sistema (113 centrais e 299 postos), em 25 Estados da Federação, administradas por mais de 2.900 revendedores e cooperativas orga-





nizados em mais de 200 associações. São mais de 144 mil m<sup>2</sup> construídos e ambientalmente licenciados para o recebimento adequado das embalagens vazias de agrotóxicos.

De março de 2002 até abril de 2010, mais de 145 mil toneladas de embalagens vazias já foram corretamente destinadas. Esse volume corresponde a cerca de 80% do total comercializado, sendo que 94% do volume de embalagens plásticas primárias (aquelas que entram em contato direto com o produto) foram retirados do meio ambiente. Somente no ano passado, o volume total destinado foi de 28,8 mil toneladas, índice 18% maior se comparado com o mesmo período de 2008 (24,4 mil t).

Alguns fatores podem ser listados como chave para o sucesso do sistema de destinação de embalagens em prática no Brasil, como a existência de uma Lei inteligente que distribui a responsabilidade entre agricultores, revendedores/cooperativas, fabricantes e poder público. Hoje, podemos identificar o comprometimento de cada agente da cadeia produtiva agrícola, incluindo o setor público, com a destinação das embalagens vazias. Além disso, o InpEV possui praticamente 100% da indústria fabricante em seu rol de associadas com um objetivo comum: realizar a gestão pós-consumo de suas embalagens. Os significativos e massivos investimen-



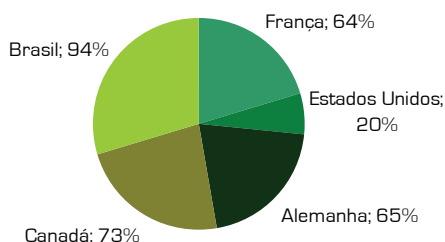
### Ganhos ambientais do sistema entre 2002 e 2008



\* CO<sub>2</sub> equivalente refere-se à conversão de todos os gases causadores do efeito estufa em CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) para possibilitar a soma destes gases e o cálculo para o estudo.

Fonte: Análise de Sócio-Ecoeficiência - InpEV/Fundação Espaço ECO

### Ranking mundial da destinação de embalagens plásticas



Fonte: Adivalor (França), Acrecycle (EUA), CropLife (Canadá), InpEV (Brasil) e Pamira (Alemanha)

tos na área de educação e conscientização também foram e são determinantes para os excelentes resultados.

Dentre os pontos relevantes do sistema, vale destacar também que, em oito anos de operações, já foram investidos R\$ 380 milhões de reais, sendo que a indústria fabricante (por meio do InpEV), investiu mais de 75% desse valor. Nosso trabalho, sempre baseado na excelência da gestão, utiliza-se da logística reversa para o transporte das embalagens vazias até o destino final, capítulo este no qual são feitos investimentos contínuos em melhorias operacionais.

Sempre guiados por desafios bem de-

finidos, acreditamos que o sistema de destinação atingiu sua maturidade ou a chamada “velocidade cruzado”. A partir de então, temos os ajustes operacionais e sintonia fina a fazer. Otimização, ganho de produtividade e redução dos custos estão sempre na pauta. Na área da educação, seguimos com o grande desafio de formar uma geração de futuros agricultores completamente conscientes da importância e do valor da destinação correta das embalagens. Promover campanhas de conscientização que envolvam filhos de agricultores (como o Dia Nacional do Campo Limpo), pois serão os profissionais do futuro que darão continuidade à



prática de conservação da natureza para as atuais e futuras gerações.

Entretanto, nosso maior desafio para o futuro é o de capturar o valor gerado dentro do sistema com a intenção de torná-lo autossustentável. Um passo nessa direção foi a criação da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., empresa que já está produzindo, desde o ano passado, uma embalagem que recebeu o nome de Ecoplástica Triex, destinada ao envase de defensivos agrícolas a partir do plástico coletado e reciclado, fechando, assim, o ciclo de gestão do resíduo pós-consumo dentro da própria indústria. Este é o fator mais significativo do modelo nacional de gestão das embalagens vazias de agrotóxicos.

### Sistema ecoeficiente

Encomendado pelo inpEV e realizado pela Fundação Espaço ECO – organização não governamental voltada à prática do desenvolvimento sustentável –, o estudo de ecoeficiência revela que mais de 164 mil toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente<sup>1</sup> já deixaram de ser emitidas na atmosfera, graças ao sistema de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, entre 2002 e 2008. Esse ganho ambiental pode ser traduzido em 816 mil árvores que deixaram de ser cortadas ou 374 mil barris de petróleo que deixaram de ser extraídos.

### Conscientizar para o futuro

Entendemos que a educação é o fator de sucesso e a base de todo o trabalho desenvolvido junto aos produtores rurais, às futuras gerações de agricultores e aos demais envolvidos no sistema de destinação de embalagens vazias. Por esse motivo, investimos em campanhas nacionais de conscientização, treinamentos e palestras, desenvolvimento de materiais para multiplicadores, participações em feiras e eventos do setor agrícola com apoio de parceiros (cooperativas, associações de revendedores, empresas e entidades associadas, órgãos estaduais de agricultura e meio ambiente e outras instituições representando o poder público), além de



### Números do sistema:

- 412 unidades de recebimento (113 centrais e 299 postos).
- 144,5 mil metros quadrados de área construída.
- Mais de 2.900 distribuidores e cooperativas envolvidos.
- 7.475 caminhões movimentados em 2009 (equivalente truck).
- 43.387 caminhões movimentados de 2002 a 2009.
- 17 produtos reciclados produzidos a partir da reciclagem das embalagens.
- 380 milhões de reais investidos nos oito últimos anos (mais de 75% desse valor foram investidos pela indústria).
- O inpEV possui 84 empresas associadas = 100% dos fabricantes.

promover uma intensa programação focada em ações educativas para comemorar a boa prática da destinação das embalagens vazias.

Comemorado no dia 18 de agosto, o Dia Nacional do Campo Limpo é um dos pontos altos do sistema de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas. A data foi idealizada pelo inpEV (e comemorada desde 2005) como forma de promover a conscientização sobre a importância de dar o destino adequado a todas as embalagens vazias de agrotóxicos, comemorar os resultados do programa brasileiro e disseminar mensagens sobre a importância da preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Como representante das empresas do setor de Defensivos Agrícolas, sinto-me muito orgulhoso do trabalho responsável que esta indústria vem realizando e, com a expectativa de mais uma edição de sucesso e total envolvimento da cadeia agrícola, encerro deixando meu convite para você, leitor, participar conosco desse evento tão especial, que celebra um trabalho sério e cada vez mais importante para a saúde do campo e daqueles que nele vivem. ■

\* Diretor-presidente do inpEV

1. Equivalente carbono é o volume emitido por todos os gases que causam efeito estufa convertidos para valor em carbono, pois o CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) é o mais importante deles.

# ESPECIAL BM&FBOVESPA

## PERSPECTIVAS DO

### AGRONEGÓCIO EM 2010/11



## PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO 2010/11

Os desafios do agronegócio brasileiro no mundo pós-crise

Cotações baixas para o milho e a soja, devido aos elevados estoques previstos e à estimativa de grandes safras na temporada 2010/2011. Custos mais baixos e boa rentabilidade para o algodão, que deve ter uma safra 13% superior à do ano passado. Queda de estoques e demanda forte favorecendo o mercado de café. Forte crescimento da demanda por etanol, em consequência do crescimento da frota de carros flex, enquanto as tendências para o açúcar ainda são indefinidas. E na pecuária, o boi inicia um processo de franca recuperação.

Essas são as principais tendências para o agronegócio, na avaliação dos analistas, empresários e economistas que participaram, no dia 4 de maio, do Seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2010 e 2011, realizado em São Paulo pela BM&FBOVESPA e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Na abertura do evento, Edemir Pinto, diretor-presidente da BM&FBOVESPA, destacou a evolução dos mercados de derivativos agrícolas pós-crise global.

Os números recentes, segundo ele, já apontam para uma virada. “Em 2009, em plena crise, o volume de contratos agropecuários teve queda de 38%. Só nos três primeiros meses deste ano, registramos crescimento de 18%, o que indica uma forte reação”, informou Edemir.

“Para crescer e atrair mais agricultores aos mercados futuros, a BM&FBOVESPA precisa ir além da inovação. Estamos criando novos instrumentos e ações para ampliar os negócios. A Brasil Investimentos e Negócios (Brain), associação que criamos junto com várias entidades e empresas, entre outros desafios vai buscar soluções para a logística do agronegócio. Ao mesmo tempo, estamos ampliando a nossa parceria com o CME Group”, disse.

Mas o grande destaque deste ano, segundo ele, é a criação do novo contrato de etanol hidratado com liquidação financeira, que vai seguir os passos do contrato de milho.

Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, alertou para as ameaças ao desenvolvimento do setor. “Estamos conseguindo retomar o crescimento, após um período de forte crise mundial, mas deficiências de logística, insegurança jurídica, problemas de infraestrutura e de sustentabilidade podem trazer sérios prejuízos ao setor”, disse o presidente da Abag.

“Algumas correntes de economistas defendem que a crise financeira internacional já passou, e que agora vivemos um período de pós-crise, que pode se traduzir em novas oportunidades para diversos setores da economia brasileira, e numa



**“Os números recentes [do mercado futuro] já apontam para uma virada. Só nos três primeiros meses deste ano, tivemos crescimento de 18%”**

EDEMIR PINTO, DA BM&FBOVESPA

**“Diversas entidades estão trabalhando na elaboração de um conjunto de propostas que será encaminhado aos candidatos à Presidência da República”**

CARLO LOVATELLI, DA ABAG

**“As duas bolsas devem expandir seu relacionamento, investindo, principalmente, em tecnologia e parcerias estratégicas”**

CHARLES CAREY, DA CME GROUP

**“É um momento rico para a agricultura brasileira”**

WAGNER ROSSI, MINISTRO DA AGRICULTURA



retomada no crescimento do agronegócio. Há, no entanto, correntes que defendem que a crise ainda não acabou, e que efeitos danosos podem respingar sobre diversos países, incluindo o Brasil. O que não se sabe é a magnitude dos impactos de um eventual repique.”

Segundo o presidente da Abag, diversas entidades estão trabalhando na elaboração de um conjunto de propostas que será encaminhado aos candidatos à Presidência da República. O documento está aberto a novas sugestões, e todos aqueles que quiserem e puderem estão convidados a colaborar.

“O documento final será apresentado no 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, que terá como tema Cenários 2011: Comunicação e Governança. O evento acontecerá no dia 9 de agosto próximo, e a BM&FBOVESPA é também apoiadora”, disse Lovatelli.

Para o presidente da Abag, é fundamental que os setores públicos e privados discutam e definam um planejamento para o Brasil, com ações de curto, médio e longo prazos.

“Não apenas na área de alimentos, fibras mas, principalmente, na área de energia em que temos vantagens comparativas não encontradas em nenhum outro rincão do planeta. Somente assim será possível tomar a decisão de investir”, disse.

O vice-presidente do CME Group, Charles Carey, anunciou que as duas bolsas devem expandir seu relacionamento, investindo principalmente em tecnologia e parcerias estratégicas. Informou ainda que o grupo deverá ganhar novos parceiros este ano: as bolsas da Coreia do Sul e da Malásia.

### Momento rico

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, defendeu a segurança jurídica fundiária e de propriedade. Segundo o ministro, o respeito ao Estado de Direito é fundamental para assegurar a continuidade do crescimento do setor. “O País já avançou muito neste sentido, em parte considerável pelo incentivo à agricultura familiar, prioridade do governo Lula. A agricultura familiar desmobilizou um espírito que ameaçava a paz no campo”, disse Rossi.

“Estamos colhendo safras recordes de grãos e de cana. É um momento rico para a agricultura brasileira”, afirmou Rossi, que elogiou a sintonia cada vez maior entre a área financeira, o governo e os agricultores. “Esta soma de esforços tem nos levado a conquistas extraordinárias”, disse o ministro.

Como exemplo, ele citou a forte expansão do crédito destinado à agricultura durante o governo Lula, que saltou de R\$ 22 bilhões para R\$ 100 bilhões.

Rossi anunciou que o governo prepara um grande programa na área da sustentabilidade agrícola (ABC – Agricultura de Baixo Custo), que inclui várias ações, como a recuperação de áreas degradadas, integração entre agricultura, pecuária e floresta e plantio direto. Não há ninguém que preserve melhor a terra do que quem trabalha nela, lembrou o ministro.

## CENÁRIOS DA MACROECONOMIA E DO AGRONEGÓCIO

Crescimento mundial será mais forte em 2011

Nathan Blanche, sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, não acredita em grandes oscilações do câmbio em 2010. Com as eleições, a taxa poderá chegar a R\$ 1,95 no segundo semestre deste ano, mas, fechadas as urnas, o câmbio deverá retornar a R\$ 1,82”, prevê o economista.

Para ele, o câmbio não é o principal empecilho do agronegócio. “O câmbio flutuante garantiu a melhora da economia brasileira e deu competitividade ao agronegócio brasileiro.”

Os recursos gerados pelo agronegócio, lembrou o economista, pagaram a dívida externa, aumentaram as reservas internacionais e garantiram o superávit na balança comercial do País.

No curto prazo, ele acredita que o cenário é positivo para a economia brasileira. No médio e no longo, no entanto, os riscos aumentam com a má condução da política fiscal, as possíveis intervenções no câmbio e as interferências na economia. “Precisamos garantir a manutenção da atual política econômica e de investimentos em infraestrutura, logística e educação.”

“Depois da forte crise de 2008, estamos vivendo um momento de pós-crise, como quem está convalescendo de uma pneumonia, e ainda há muita incerteza pela frente, principalmente na União Europeia.” Foi essa a fotografia que Blanche utilizou para descrever o quadro atual da economia global.

“Enquanto a economia americana responde a incentivos e é capaz de crescer 5% durante a crise, a Europa mostra mais dificuldades. O problema inicial foi de liquidez, mas hoje temos um problema fiscal na zona do euro, e ainda há muitas dúvidas quanto à recuperação da economia europeia.”

Nos EUA, algumas medidas estancaram a deterioração da economia, mas a recuperação será lenta, fazendo com que o desemprego siga em patamares elevados. Apesar da recuperação no segundo semestre, o ano de 2009 mostrou queda de 2,5%.

**“O problema não é o câmbio, mas, sim, o Custo Brasil”**

**“Hoje, temos um problema fiscal na zona do euro, e ainda há muitas dúvidas quanto à recuperação da economia europeia”**

“Esperamos crescimento de 2,4% em 2010, 2,5% em 2011 e 2,8% em 2012”, diz Blanche.

O Brasil é uma exceção, segundo o economista. “A grande revolução dos países emergentes foram as reformas estruturais. Elas foram feitas na década de 80, introduzindo controles como a responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante.”

A previsão para os países emergentes é de manutenção de um ritmo de crescimento aquecido. “Durante a crise, foram esses países que mantiveram grande parte da demanda”, lembra Blanche.

O crescimento mundial este ano, na avaliação do economista, será mais forte e próximo à média histórica em 2011 (3,7%). Para este ano, a previsão é de 3%.

Na China, a recuperação segue com a economia registrando forte crescimento de 12%. A bolha de preços dos imóveis e ativos é foco de preocupação do governo, assim como a inflação. O país deve crescer não menos de 8% ao ano nos próximos cinco anos.

No Brasil, a recuperação da economia continua em curso. O patamar do varejo é alto, segundo o economista, mas a indústria segue se recuperando, com um ritmo ainda abaixo do pré-crise.

O mercado de trabalho mostra recuperação, e a taxa de desemprego é baixa. Blanche projeta desemprego médio de 7,6% em 2010, 6,8% em 2011 e 6,5% em 2012.

Em 2009, o crédito mostrou expansão para pessoa física e estabilidade para jurídica. Em 2010 haverá expansão de ambos. “Após a queda de 0,2% em 2009, a nossa expectativa para o crescimento do PIB para 2010 está em 6%, para 2011, em 4,4% e para 2012, em 4%”, informa o economista.

“A renda real cresceu 3,2% no ano passado. Com o crescimento de 0,8% para a ocupação, isto produziu uma expansão de 4,0% para a massa real (desacelerando em relação aos 6,9% de 2008). Para 2010, projetamos 2,8% para a renda real, 2,7% para a ocupação e 5,6% para a massa.”

Na indústria, para Blanche, o nível de produção só deve recuperar o ritmo pré-crise no fim de 2011. Em 2009, houve queda de 7,4% na indústria. Para 2010, o economista projeta 9% e, em 2011, 5,3%.

“Os dados de consumo seguem mostrando um bom comportamento. Em fevereiro, as vendas cresceram 1,6% em relação a janeiro, 12% acima do mesmo mês do ano anterior. Esse comportamento reflete a pequena deterioração das condições no mercado de trabalho, a recuperação do crédito e o alto patamar da confiança do consumidor”, diz.

“Inflação dá febre, câmbio mata”, diz Blanche, citando o economista Mário Henrique Simonsen. “Janeiro e fevereiro mostraram inflação mais alta, mas por questões pontuais (transporte, alimentos e educação), que não devem se repetir nos próximos meses. Para o médio prazo, projetamos inflação compatível com as metas”, diz.

Sobre a taxa de câmbio, o economista diz que ela tende a compensar o movimento de *commodities* no mercado internacional. “Nos últimos meses, houve pressão de alta de preços, de-

vido à elevação das *commodities* e depreciação do real, exceto nas últimas semanas.”

“O problema não é câmbio, mas, sim, o Custo Brasil”, diz Blanche. “A abertura comercial e a aceleração do processo de liberalização cambial aumentariam a demanda por câmbio, evitando possíveis desequilíbrios”, explica o economista.

Ele considera o cenário para a economia brasileira no curto prazo positivo. Mas a médio e longo prazos, os riscos para a trajetória de crescimento sustentado da economia brasileira têm aumentado, diante da má condução da política fiscal, tentativas de interferência no câmbio e maior intervenção do Estado na economia.

## DIRETRIZES DO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2010/2011

Política agrícola com foco na sustentabilidade

O Plano Agrícola e Pecuário 2010/11, além de oferecer maior volume de recursos, deverá aumentar o percentual de dinheiro disponível a juros controlados. Foi o que disse o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Edilson Guimarães.

Entre as diretrizes do plano, consta ainda a continuidade dos programas de apoio a médios agricultores, através do Proger Rural, e ao cooperativismo. Mesmo com a diminuição na tomada de recursos no plano passado, o governo vai manter os programas de investimentos e aprimorar o crédito rural, diminuindo a burocracia.

Segundo o secretário, o governo também vai buscar aumentar a capacidade de armazenagem do produtor e manter a tendência de garantir o apoio à comercialização, com esforço redobrado para os produtos com preços abaixo do mínimo.

A preocupação com as práticas ambientais corretas também será contemplada no plano, com a expansão dos projetos de in-

**“A preocupação com as práticas ambientais corretas também será contemplada no plano, com a expansão dos projetos de integração lavoura-pecuária-floresta e o plantio direto”**

tegração lavoura-pecuária-floresta e o plantio direto. O seguro rural também deverá ser ampliado.

O governo acredita que o fundo de catástrofe votado na Câmara e em tramitação no Senado seja finalmente aprovado. Em 2009/10, o plano disponibilizou R\$ 108 bilhões para o período julho a junho. Até março, R\$ 65 bilhões já haviam sido utilizados, o equivalente a 60,2%. Para custeio e comercialização, o governo orçou R\$ 66,2 bilhões, dos quais R\$ 44,8 bilhões foram tomados, com percentual de 67,7%. Para investimentos, dos R\$ 14,5 bilhões orçados, R\$ 7,2 bilhões foram investidos.

Edilson Guimarães, secretário de Política Agrícola do Mapa, apresentou as diretrizes do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, fazendo também um balanço dos resultados da temporada anterior. A área segura saltou de 4,3 milhões de hectares, em 2008, para 6,6 milhões de hectares em 2009. O valor segurado passou de R\$ 7,2 milhões para R\$ 9,6 milhões de 2008 para 2009. A soja foi o produto mais segurado, com R\$ 4,0 milhões.

O secretário do Mapa destacou ainda o crescimento do zoneamento agrícola. Em 2007, foram publicadas 261 portarias, número que saltou para 379 (2009) e deve chegar ao fim deste ano a 547.

Para o novo plano, as metas do Mapa são garantir maior volume de recursos, apoiar o médio agricultor e o cooperativismo, manter os programas de investimento, aprimorar a operação do crédito rural, aumentar a capacidade de armazenagem e apoiar a comercialização. Como destacou o ministro Rossi, o novo plano vai dar prioridade às práticas agrícolas ambientalmente corretas.

## NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS PARA O GERENCIAMENTO DE RISCO NO AGRONEGÓCIO

Bolsa lança contrato futuro de etanol hidratado

A BM&FBOVESPA iniciou a operação no dia 17 de maio dos contratos futuros e de opções de etanol hidratado com liquidação financeira. “Foi uma longa rodada de negociações para construir este produto. Consultamos e debatemos com praticamente todos os participantes da cadeia do etanol até chegar a um modelo adequado”, disse Ivan Wedekin, diretor de *commodities* da BM&FBOVESPA.

O contrato terá liquidação financeira no vencimento, como os contratos de boi gordo e de milho. Será utilizado o Indicador de Preços do Etanol Hidratado de Paulínia (SP), que passou a ser divulgado desde o dia 31 de março de 2010. Ele foi desenvolvido pelo Centro de Pesquisas em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo.

A formação de preços do contrato é em Paulínia-SP, grande polo de distribuição de combustíveis do Brasil. A cotação será em reais por metro cúbico, livres de PIS, ICMS e PIS-Cofins. Os participantes que permanecerem com posições em aberto (de compra ou venda) no encerramento do mês de vencimento (o chamado mês presente) terão seus contratos liquidados pela média do Indicador de Preços Paulínia dos últimos cinco dias úteis.

Segundo Wedekin, com o novo contrato, a BM&FBOVESPA pretende trazer mais participantes para o mercado de etanol e melhorar a eficiência na comercialização do produto. Uma das vantagens de um contrato líquido é que será possível sinalizar o preço futuro do etanol, hoje inexistente. O grande inimigo do setor é a volatilidade de preços, que chega a 40% e pode eliminar a margem de lucro.

A liquidação financeira passa a atrair a participação de usinas e distribuidores de combustível, por permitir a fixação de seus preços e a minimização do risco de oscilação, além de oportunidades de arbitragem entre os preços do mercado físico e mercado futuro.

“O mercado sucroalcooleiro está passando por uma profunda transformação, que gera uma integração da cadeia e muda as práticas e o comportamento dos agentes.”

### Mercado futuro

Durante a sua palestra, Wedekin apresentou números que mostram a recuperação do mercado de derivativos nos EUA e no Brasil, comparando o período janeiro a abril de 2009, auge da crise, com os primeiros quatro meses deste ano. Por aqui, o crescimento do volume de contratos negociados frente a janeiro a abril de 2009, segundo ele, foi de 21%.





Outra boa notícia é o sucesso do contrato de milho por liquidação financeira, que já chegou a 423 mil contratos este ano. A expectativa é que supere 500 mil contratos até dezembro.

“Ele começou timidamente, em setembro de 2008, e hoje em posição em aberto é o mais pujante da bolsa. Estamos discutindo também alternativas para dar uma injeção de liquidez no contrato de soja, usando o sucesso do milho”, anunciou o diretor da BM&FBOVESPA.

A BM&FBOVESPA estuda uma mudança no contrato da soja, que também teria liquidação financeira, o que poderia gerar mais liquidez, a exemplo do que ocorre com o milho.

Entre as iniciativas para Bolsa em 2010, Wedekin cita a plataforma CME Globex, a partir da parceria com o CME Group. “Isso vai dar maior facilidade de acesso aos mercados e maior agilidade para a negociação”, diz o diretor da Bolsa.

Wedekin anunciou também uma espécie de serviço de proteção ao crédito para o agronegócio, que será desenvolvido pela bolsa para atender a uma demanda do mercado de defensivos. O serviço será lançado em junho.

“É um sistema de registro de informações de operações agropecuárias que visa auxiliar a gestão do risco de crédito dos negócios do setor”, diz ele. “Além de apontar os produtores com mais risco na contratação de crédito, o sistema também vai funcionar como um cadastro positivo, ao indicar os agricultores com melhor situação, que poderão obter condições comerciais mais vantajosas com seus fornecedores”, explica o diretor da BM&FBOVESPA.

“O foco da BM&FBOVESPA é contribuir para construir pontes entre os mercados financeiros e de capitais e o agronegócio. Um dos pontos relevantes são os novos títulos do agronegócio (CDCA, LCA e CRA) lançados pelo governo no fim de 2004. O montante de emissões desses títulos entre 2005 e abril de 2010 já supera R\$ 142 bilhões. A Bolsa também quer incentivar a maior integração entre os mercados físicos e a termo com o mercado futuro. Tudo faz parte de uma estratégia de fortalecer a competitividade da agricultura e do agronegócio”, finaliza Wedekin.

## MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DAS COMMODITIES

Mercados estão com um olhar progressivo

Colunista da Reuters, John Kemp ilustrou com uma série de gráficos as mudanças no comportamento das *commodities* nos últimos anos. “Uma das principais mudanças foi a maior volatilidade e integração de investimentos em *commodities* com outros tipos de ativos”, disse Kemp.

Segundo ele, há uma ligação mais próxima das *commodities* aos mercados financeiros como o de moedas e de ações. “Muitos



investidores estão negociando contratos de *commodities* como uma classe de ativos em geral”, disse.

Kemp exibiu um gráfico para mostrar o forte ciclo sincronizado dos preços das *commodities* desde 2000. A sincronização atingiu seu nível mais elevado desde os anos 70. “Enquanto o preço do petróleo está alto em termos reais, os preços dos produtos agropecuários não mostram sinal de quebrar a tendência de baixa”, comentou o analista.

Destacou que, enquanto os preços de petróleo bruto têm voltado aos preços altos da década de 70, muitas das *commodities* agrícolas parecem travadas em termos reais a longo prazo.

Outra mudança apresentada pelo analista foi a ligação bastante forte dos preços do petróleo com os do milho. “Entre 1985 a 2004, não existia esta correlação”, mostrou Kemp em um dos gráficos que apresentou. “Mas a partir de 2005, há uma correlação firme entre os dois contratos. Isso devido ao início do biocombustível de milho e ao interesse dos investidores”, disse.

A correlação e a sincronização mantiveram-se altas mesmo depois de 2008, durante a recessão, e recuperaram-se no período seguinte. “Os preços das *commodities* mostram, significativamente, aumento da correlação com os mercados de ações dos EUA de 2006 em diante, progressivamente”, explica o analista da Reuters.

Segundo Kemp, a alta correlação é ainda mais aparente entre os preços atuais do petróleo e os preços futuros (daqui a dois anos), de 2004 em diante.

O mercado de milho mostra uma integração crescente entre o atual e o de futuros, mas o aumento da integração da curva do preço é menos óbvio para outras *commodities*, como a soja. O analista citou alguns “fatos estilizados” sobre a recente evolução dos preços das *commodities*:

- Correlação crescente entre os preços das *commodities* e outros tipos de ativos (exemplo: ações no mercado norte-americano). Também entre o preço das diferentes *commodities* entre elas mesmas;
- Correlação crescente na volatilidade nos mercados de *commodities* e outros ativos/produtos, como as ações;
- Aumento da correlação (integração) entre o preço atual e futuro das *commodities*;
- A volatilidade do aumento dos preços futuros, significativamente, agora mais próximos do nível observado no mercado atual.

Na visão do analista da Reuters, os mercados têm cada vez mais um olhar progressivo (para o futuro). Embora os fundamentos de curto prazo (como oferta, demanda e estoques) continuem importantes, os preços são dirigidos pela expectativa das ações futuras.

“O mercado reagiu à visão sobre oferta/demanda nos próximos dois-cinco anos, do que nos próximos dois-cinco meses. Os investidores agora suprem a maior parte da liquidez nos mercados de futuros, especialmente os contratos futuros de vencimentos mais longos”, diz ele, acrescentando que a participação crescente do investidor está amarrando as oscilações dos preços.

## “Os investidores estão focados no crescimento a médio prazo em 2011-2013”

JOHN KEMP

## “As *commodities* dão uma boa exposição da história de crescimento da China. Sua demanda tem sido o principal condutor do aumento dos preços nos últimos anos”

EMILY FRENCH

Kemp lembrou que os preços das *commodities* aumentaram fortemente a partir de 2009, apesar dos fracos fundamentos a curto prazo (grande oferta e estoques elevados). “Continua forte o interesse das instituições e dos investidores no varejo, e espera-se uma resistência. Os investidores estão focados no crescimento a médio prazo em 2011-2013”, disse o analista.

### China e Índia

Emily French, diretora da ConsiliAgra (EUA), focou sua palestra nas tendências da China e da Índia. “O mercado tem subestimado a China”, disse, apresentando dados que mostram o poder de fogo dos chineses.

1. Desempenho - A China tem demonstrado elasticidade de crescimento nos últimos sete anos, desafiando todas as opiniões contrárias, inclusive do governo.
2. Quantidade - A enorme população chinesa faz o país ser o maior para industrialização e urbanização.
3. A maioria dos indicadores sugere que, mesmo depois do crescimento massivo, a China ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar os níveis ocidentais.
4. Há grandes desafios com relação ao meio ambiente e recursos a serem superados. Isso irá atrasar os níveis de crescimento em comparação com os mais recentes, mas não vai interrompê-los.

Emily lembra que o crescimento da economia chinesa durante o ano passado, em plena crise global, manteve-se longe dos indicadores da recessão nos EUA.

“As *commodities* dão uma boa exposição da história de crescimento da China. Sua demanda tem sido o principal condutor do aumento dos preços últimos anos”, diz ela.

Ela exibiu outros dados da pujança da China:

- A riqueza crescente da população urbana (6%).



A projeção de crescimento da economia é de 6 a 9% nos próximos anos.

- Nos últimos anos, a China acumulou de 50% a 100% do aumento da demanda global.
- Foi um consumidor modesto de várias *commodities*. Agora, são os maiores importadores de petróleo bruto, soja e óleo vegetal, com os metais logo atrás.
- Previsão de negociação de *commodities* a longo prazo com África e Brasil.
- Futura liberalização do comércio.

Na opinião de Emily, o impacto da Índia nas *commodities* globais é pouco em comparação com o da China, uma vez que sua economia é mais orientada aos serviços, e não às indústrias.

A Índia continua a mostrar sinais de que vai seguir o modelo chinês e influenciar os mercados de *commodities* (com os tigres asiáticos seguindo esta tendência nas próximas décadas).

Segundo Emily, a Índia está despertando para competir com a China em termos de crescimento e prosperidade e tem uma população jovem e próspera. É o maior produtor global de chá e açúcar, e as demandas por carvão, metal, sementes e energia estão crescendo mais de 5%.

## SOJA

Maior oferta derruba os preços

Com estoques de passagem altos e perspectiva de safra cheia em 2010/2011, os preços da soja no mercado internacional não deverão ultrapassar US\$ 9 por *bushel* no próximo ano.

A projeção é de André Pessoa, diretor da Agroconsult. Na avaliação de Pessoa, os Estados Unidos terão produção próxima à desta safra, com 91,5 milhões de toneladas. A Argentina poderá chegar a 19,8 milhões de toneladas, e o Brasil tende a repetir os 68 milhões de toneladas colhidos na de 2009/2010. Na avaliação da Agroconsult, os estoques mundiais passarão de 50 milhões de toneladas de soja.

Pessoa disse acreditar que em 2010/2011 a área plantada no Brasil deverá ter pouca expansão, atingindo cerca de 23,4 milhões de hectares, um pouco acima dos 23,2 milhões de hectares da temporada 2009/2010. O crescimento se dará na Bahia, no Maranhão, Piauí e Tocantins, região da fronteira agrícola.

A China vai continuar ditando as regras do mercado em 2011, na opinião do analista. Ele cita a projeção do Centro de Óleos e Grãos da China, que prevê uma importação de 49 milhões de toneladas no próximo ano.

Emily French, diretora da ConsiliAgra, consultora americana, prefere ficar com o número do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), que estima as compras chinesas em 43 milhões de toneladas.



**“A China vai continuar ditando as regras do mercado em 2011. Projeção do Centro de Óleos e Grãos da China prevê uma importação de 49 milhões de toneladas no próximo ano”**

Para Emily, o Brasil deve se beneficiar do mercado chinês na exportação de óleo de soja, por causa da restrição do país asiático ao produto argentino. Os Estados Unidos não poderão disputar esse mercado porque não possuem selo de certificação que habilita o país à exportação do óleo de soja americano.

Uma grande safra nos EUA e a oferta abundante no Brasil e na Argentina devem gerar estoques de 67,8 milhões de t. A temporada 2010/11 deve elevar ainda mais os estoques, diz Pessoa, principalmente em 2011. Os preços vão sofrer uma pressão baixista nos próximos meses.

André Pessoa admite que a China possa de fato aumentar suas importações de carne, principalmente de suínos, devido a sérios problemas sanitários internos no rebanho. Mas isso não vai reduzir o ritmo das importações de soja e de milho.

Ele lembra que na temporada 2009/2010 a comercialização de soja foi antecipada em várias regiões do Centro-Oeste do Brasil, medida que o analista considera prudente, já que levar a soja para o segundo semestre é uma aposta arriscada.

A safra que o Brasil está colhendo é estimada em 67,4 milhões de toneladas, ante 57,1 milhões em 2008/9, mas pode chegar a 68 milhões de toneladas.

\*Participaram da mesa José Norberto Freund, Vision Grain (coordenador); André Souto Maior Pessoa; Agroconsult e Emily French, ConsiliAgra-EUA como palestrantes; Valmor Shaffer (ADM do Brasil), como debatedor.



## MILHO-AVES-SUÍNOS

Mercado distorcido pelos leilões

A maioria dos analistas presentes ao Seminário criticou a forma de subvenção que o governo vem utilizando para apoiar a safrinha de milho em Mato Grosso.

“Os leilões em Mato Grosso estão provocando uma distorção nos preços do grão”, disse o analista Fernando Muraro Júnior, da Agência Rural. Em Mato Grosso, a área cultivada cresceu 25% neste ano, o que Muraro atribui ao apoio dado pelo governo à comercialização do milho na última safra, quando os preços internos caíram e não havia demanda para exportação.

Na avaliação de Muraro, 92% da segunda safra de milho de Mato Grosso foram comercializados nos leilões da Companhia Nacional de Abastecimento. Em Goiás, esse percentual foi de 80% e, em Mato Grosso do Sul, de 53%.

O analista disse que isso provoca distorção nos preços e desestimula o plantio da primeira safra de milho nos Estados do Sul. É urgente uma intervenção governamental em Mato Grosso”, afirmou.

Para evitar o que chama de “vício do subsídio”, Muraro propõe limitar o benefício a um percentual da safrinha de milho ou por Estado produtor, por exemplo. Este ano, a safrinha de milho deve render 19 milhões de toneladas. A produção total brasileira de milho deve chegar a 52,7 milhões de toneladas.

Para Muraro, o Brasil não tem como resolver o problema dos leilões de milho no Centro-Oeste enquanto não solucionar as deficiências de logística. “Mas o Mato Grosso também não pode continuar aumentando a sua área plantada de milho”, diz o analista.

“O produtor da segunda safra de milho, a safrinha, especialmente o do Centro-Oeste, é um viciado em subsídios governamentais, recursos públicos, que têm garantido a rentabilidade do agricultor diante de preços baixos, mas também distorce o mercado brasileiro”, acrescentou o consultor da Agência Rural.

O analista prevê um cenário baixista para o milho este ano, por conta da grande oferta do cereal. “Há duas possibilidades para que os preços encontrem suporte: problemas climáticos que possam reduzir a produtividade da safra norte-americana ou a entrada da China como importadora do grão”, disse Muraro.

A crise do milho dura mais de um ano, e os produtores do grão enfrentam um ciclo de preços baixos que pode desestimular o plantio da próxima safra.

Daniel Glat, da Pioneer Sementes da América Latina, África e Ásia do Pacífico, concorda com Muraro. “A maior parte da safrinha está sendo colhida em Mato Grosso, longe dos centros consumidores, o que força o governo a ter de trabalhar a questão da logística e do subsídio.”

“Quanto mais o governo subsidia estes fretes de Mato Grosso, mas o pessoal vai continuar plantando a safrinha, porque

é uma segunda cultura que se adiciona com a soja. E mais vai se reduzindo o interesse do produtor do Centro-Sul de plantar no verão.”

Para Glat, o Brasil está colhendo uma safrinha grande. “Tivemos uma boa safra de verão, apesar de a área plantada ter caído, mas a produtividade foi alta. Aliás, a safra de verão tem aumentando todos os anos no Brasil”, diz.

Esta tendência de menos milho no verão e mais milho na safrinha já vem de alguns anos, e deve continuar, segundo o executivo da Pioneer. “Este ano nós tivemos a menor área plantada de milho no verão dos últimos 20 anos, e agora, em 2010/2011, a

**“A safrinha tem condições climáticas de alto risco. Hoje, 35% da produção de milho já dependem da safrinha”**

**“Este é o ano da virada para os suínos. As negociações estão avançadas”**



tendência é de se reduzir ainda mais. No ano passado, o Centro-Sul do Brasil, que planta entre 5 e 5,5 milhões de hectares, teve uma queda de quase 20%. Na próxima safra, a área deve ficar igual ou cair cerca de 5%. Isso vai depender do que vai acontecer com os preços nos próximos meses.”

“A safrinha tem condições climáticas de alto risco. Hoje, 35% da produção de milho já dependem da safrinha. Num ano de revés climático, que derrube pela metade a produção de uma safrinha de 18 milhões de t, o problema vai acabar se resolvendo por si. Outra forma é o governo, antes de começar a safrinha, avisar que não vai conceder subsídio para o frete”, recomenda Glat.

Na avaliação do executivo, hoje só consegue sobreviver com o milho dois segmentos: quem tem muita produtividade no verão, porque consegue administrar preços mais baixos, ou o pessoal da safrinha. Porque a conta da safrinha é diferente da conta do milho de verão.

### O ano da virada

Ainda este ano, Santa Catarina vai conseguir derrubar barreiras sanitárias à carne suína em mercados da União Europeia e dos Estados Unidos. É o que prevê Pedro Camargo Neto, presidente

da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs). Ele também acredita na possibilidade de Japão e Coreia do Sul flexibilizarem suas restrições às importações de carne suína brasileira, mas isto deve ocorrer no próximo ano. “Este é o ano da virada para os suínos. As negociações estão avançadas”, disse.

Para Camargo Neto, a produção de aves e suínos requer suprimento de milho abundante, estável e a preços competitivos, condições a que o Brasil atende.

“O Brasil já é um dos grandes exportadores de aves do mundo, domina o mercado internacional e compete com os Estados Unidos. Já a indústria de suínos está mais atrasada. Não vendemos para a maior parte dos mercados, devido a restrições sanitárias injustas e desleais”, reclama o presidente da Abipecs.

Segundo ele, o Brasil tem hoje apenas 11% do mercado de suínos, mas há boas perspectivas de derrubar os atuais entraves sanitários. “Isso está próximo de acontecer, por exemplo, na China”, informa Camargo Neto.

Já na Rússia, é a carne de frango que sofre restrições de mercado, por conta do domínio da indústria norte-americana. Para os suínos brasileiros, a Rússia é o principal mercado e representa 40% das nossas exportações. “Nosso objetivo é reduzir essa dependência”, avisa Camargo Neto.

\*Participaram da mesa Pedro de Camargo Neto, da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (coordenador); Fernando Muraro Jr., da Agência Rural (palestrante) e Daniel Glat, da Pioneer Sementes América Latina, África e Ásia do Pacífico (debatedor)

## MERCADO DE CAFÉ

Qual é o tamanho da safra?

“Squeeze”. É assim que a cadeia do café define o momento atual do mercado. É quando os exportadores atravessam um aperto financeiro por terem fechado vendas para torrefadores no exterior a preços mais baixos do que os que estão encontrando agora no mercado interno para formar lotes para os embarques. Isso gera uma perda líquida na operação.

Esse aperto ocorre mesmo com o início da chegada ao mercado dos lotes da nova safra de café. Os preços até o momento não estão sentindo a pressão da colheita e continuam firmes, devido ao curto estoque de passagem previsto para este ano.

Para João Carlos Hopp Jr., da Exportadora Guaxupé, “os estoques em 1º de julho deverão estar em dois milhões de sacas, ou seja, praticamente zerados. É uma situação de *squeeze*”, explica ele.

“Há casos de operadores que venderam café para torrefadores no exterior a 20 centavos de dólar por libra abaixo dos futuros, mas que agora encontram café no máximo a 15 centa-





vos abaixo. Ou seja, estão tendo de arcar com cinco centavos de prejuízo”, disse.

Os estoques de passagem da safra antiga para a nova safra no Brasil ficariam nos menores níveis dos últimos cinco anos, segundo os exportadores. Os produtores continuam pressionados pelo elevado custo da mão-de-obra para a colheita e o real valorizado, o que impede quedas de preço no mercado no momento, mesmo com a entrada da safra nova.

Uma saca de café já está quase valendo meio salário mínimo”, disse Luiz Otávio Araripe, da Valorização Empresa de Café S.A., o que é insustentável para o produtor”.

Na avaliação de Otávio Araripe, diretor da exportadora Valorização Empresa de Café, a safra brasileira de café deste ano deve render algo em torno de 50,2 milhões de sacas, número bem inferior ao projetado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que estima uma produção de 52 milhões de sacas, e a de alguns agentes do mercado, que apostam em até 58 milhões de toneladas.

“Com uma produtividade de 20,7 sacas por hectare, a produção deve ficar em 44,2 milhões de sacas. Se os níveis forem excelentes, a safra pode bater em 50,2 milhões de sacas”, disse Araripe.

O levantamento do IBGE, divulgado recentemente, estima uma safra de 44,3 milhões de sacas. Na mesma semana da realização do seminário da BM&FBOVESPA, a Conab divulgou o seu levantamento, projetando a produção em 47 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. Esse valor representa aumento de 19,2% ante as 39,5 milhões de sacas do ano passado.

Com essa safra abaixo do que o mercado trabalha, a relação de oferta e demanda mundial já acusaria um déficit de cerca de um milhão de sacas na temporada 2010/11, com oferta de 134 milhões de sacas e demanda de 135 milhões.

Na temporada 2011/12, o déficit pode saltar para 11 milhões de sacas, diante de uma oferta de 127 milhões de sacas e uma procura de 138 milhões. Com isso, os estoques mundiais seriam reduzidos a apenas quatro milhões de sacas.

Para Araripe, a queda dos estoques é inevitável, e o déficit deve perdurar por três anos. “Os preços devem subir”, aposta ele. O consumo mundial, que apresentava um crescimento médio ao redor de 1,5% ao ano, saltou para quase 2,5% ao ano.

Em sua palestra, ele destacou também que o consumo mundial de café, que está crescendo 2,3%, deve chegar nesta temporada a 135 milhões de sacas, saltando para 138 milhões em 2011/2012. No Brasil, o consumo *per capita* é superior a quatro quilos/habitante/ano.

“Os custos atuais e os baixos preços tornam inviáveis o aumento da produção do café para atender ao potencial de crescimento de consumo. As cotações têm de aumentar para que o Brasil possa expandir suas lavouras”, disse Araripe.

Para Hopp Junior, a safra brasileira de café deve render entre 53 e 55 milhões de sacas. Ele projeta um superávit de quatro milhões de sacas para este ano, mas prevê um déficit de



## “Uma saca de café já está quase valendo meio salário mínimo”

oito milhões de sacas para o próximo ano, devido à queda na produção brasileira.

Hopp Junior disse que o aumento do consumo de café entre os jovens vem elevando fortemente a demanda global. “O café está na moda. Varejistas como a Starbucks revolucionaram a maneira de vender café”, disse.

O aperto entre a oferta e a demanda deve pressionar os preços até o fim do ano, segundo Hopp Junior. Ele aposta que a cotação em Nova York deva atingir 165 cents por libra-peso até dezembro.

No mercado interno, segundo ele, os preços devem ficar estáveis no curto prazo, durante a safra, para voltarem a subir em seguida. “A melhor estratégia no mercado futuro neste momento é comprar em agosto e vender durante o carnaval”, recomendou Hopp Junior.

\*Participaram da mesa Carlos Brando, P&AMarketing (coordenador); Luiz Otávio Araripe, Valorização Empresa de Café (palestrante), e João Carlos Hopp Jr., Exportadora Guaxupé (debatedor)



## MERCADO DE PECUÁRIA DE CORTE

Demanda aquecida por carne bovina

A demanda por carne bovina vai continuar aquecida no médio prazo, tanto no mercado interno como no externo, e a dúvida é se o Brasil terá oferta suficiente para atender à demanda.

Para Alexandre Mendonça de Barros, a demanda será firme, aqui e lá fora, nos próximos anos. “Passamos por um momento bastante interessante. Existe a possibilidade de os EUA abrirem seu mercado para o Brasil por conta das negociações do algodão. Também temos chances de entrar no México, talvez na Coreia do Sul”, prevê o analista.

O mercado de boi nestes últimos meses deu uma bela puxada, diz Mendonça de Barros, sócio-diretor da MB Consultoria. “Aqueles que venderam vão fazer uma boa margem. Mas a coisa ainda está apertada. Acredito que a demanda por proteína deve crescer nos próximos meses no mercado interno. As exportações também estão em alta.

Segundo ele, os nossos principais concorrentes – Argentina, EUA, Uruguai e Austrália – estão num processo de encolhimento do rebanho. A partir do próximo ano, deve começar a faltar carne desses concorrentes e se abre uma porta para o Brasil ampliar as exportações. Alguns problemas sanitários que estão aparecendo lá fora, como a aftosa no Japão, também podem favorecer a carne brasileira”, comenta o analista.

Para ele, o mercado de carne bovina atravessa um momento favorável, de franca recuperação, após os problemas causados pela crise global em 2008/2009. Os preços do mercado interno estão próximos das máximas históricas, enquanto no mercado externo o País vem ampliando suas vendas.

“Tem de aproveitar o potencial de crescimento e ver o limite do consumidor, até quando ele vai continuar pagando preço maior pelo produto”, afirmou André Skirmunt, diretor da trading Unimeat B.V.

Mendonça de Barros citou a questão do aumento vigoroso da renda no Brasil, especialmente em camadas menos favorecidas, e seu impacto positivo para o crescimento da demanda local por carne vermelha.

“Outro dia, recebemos uma consulta de uma empresa da Austrália que estava interessada em exportar picanha para o Brasil. É incrível, mas vai acontecer”, declarou, ressaltando o potencial lucrativo de algumas partes do mercado de carne no Brasil.

“Acho que a grande dúvida é se o Brasil vai dar conta da demanda que vem pela frente”, questionou Fábio Martins Dias, da RB Capital. “Há muita coisa para melhorar dentro de casa”, alerta Dias, citando a questão ambiental, o custo de produção, os procedimentos de rastreabilidade, entre outros problemas.

Para André Skirmunt, diretor da Unimeat B.V., é preciso testar até quando o consumidor está disposto a pagar um preço maior pela carne. “Temos de aproveitar este potencial”, propõe.

A grande dúvida, segundo Mendonça de Barros, é saber se o Brasil vai conseguir dar conta da forte demanda que vem pela frente. Quanto ao confinamento, Mendonça de Barros diz que continua sendo uma atividade arriscada.

“A pecuária voltou a ter alguma rentabilidade, mas nestes primeiros quatro meses, que é um momento importante na decisão de se preparar para o confinamento, a arbitragem foi muito desfavorável. Ou seja, a diferença entre os preços a vista da arroba e do mês de outubro é pequena, se considerado o risco envolvido”, explica ele.

Ele lembra que os preços do boi magro e do bezerro estão muito altos. “Com a experiência que o pecuarista teve no ano passado, ele fica com medo quando faz as contas. No ano passado, ele teve perdas consideráveis. Choveu muito nos confinamentos, o que prejudicou o ganho de peso dos animais. O confinador se machucou com a experiência terrível do ano passado e agora está convivendo com os preços de bezerro e do boi magro elevados”, diz.

\*Participaram da mesa Fábio Martins Guerra Nunes Dias, RB Capital (coordenador); Alexandre Mendonça de Barros, MB Associados (palestrante) e André Skirmunt, Unimeat (debatedor)



**“Os nossos principais concorrentes – Argentina, EUA, Uruguai e Austrália – estão num processo de encolhimento do rebanho”**

## MERCADO DE ALGODÃO

Custos baixos e boa rentabilidade

As perspectivas para o mercado de algodão na safra 2010/2011 são bastante favoráveis nos mercados brasileiro e internacional, segundo Matias Correch, gerente de risco da Bayer CropScience.

Na avaliação de Correch, o consumo mundial deve crescer 5% nesta e na próxima safra, puxado pela forte demanda da indústria têxtil. “O aumento do consumo está reduzindo os estoques mundiais”, disse. Por conta disso, o gerente acredita que os preços da *commodity* na Bolsa de Nova York e no mercado físico continuarão valorizados, já que a oferta mundial seguirá bastante apertada até a colheita da safra do Hemisfério Norte.

Custos mais baixos e maior rentabilidade devem estimular a produção de algodão na safra 2010/11, acrescenta o consultor Bruno W. Basile Martin, da Dianthus Agronegócios, que prevê um aumento de 13% na produção brasileira.

Para Martin, se os preços continuarem atraentes até o início do plantio, provavelmente a área plantada deverá crescer ainda

mais. O estoque de passagem para 2010/2011 será de 615 mil toneladas, 10 mil toneladas superiores ao da temporada anterior, de acordo com dados da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea).

O consumo nos meses de entressafra deve atingir 425 mil toneladas, com exportação de 130 mil toneladas. Com isso, o estoque ficará reduzido ao equivalente a dois meses do consumo da indústria.

“Até que o algodão da nova safra comece a entrar no mercado, a tendência é de os preços continuarem elevados”, diz o consultor. Segundo ele, a demanda no mercado interno tem sido alta, e a indústria está investindo. A capacidade de consumo da indústria brasileira está acima de 1 milhão de toneladas.

Para Martin, as restrições à exportação de algodão na Índia, forte *player* mundial, podem levar os compradores a buscarem produto no mercado americano e até no brasileiro.

“O algodão brasileiro já é bem conceituado no mercado internacional, vem ganhando prestígio junto ao consumidor mundial e pode se tornar um produto com boa demanda no mercado internacional nos próximos anos”, comentou Correch, da Bayer CropScience.

\*Participaram da mesa J. Matias Correch, Bayer CropScience (coordenador); Bruno W. Basile Martin, Dianthus Agronegócios (palestrante); e Marco Antônio Aluísio, Eisa (debatedor)

“Até que o algodão da nova safra comece a entrar no mercado, a tendência é de os preços continuarem elevados”

## AÇÚCAR E ÁLCOOL

Preços devem se manter elevados

Produção de 653,7 milhões de toneladas de cana na safra que está sendo colhida, com crescimento de 9,5% na comparação com as 597 milhões de toneladas da temporada anterior. Para o Centro-Sul, colheita de 588 milhões de toneladas, com 33 milhões de toneladas de açúcar e 27 bilhões de litros de etanol. Esses foram os números apresentados pela Archer Consulting durante o seminário Perspectivas Para a Safra 2010/2011.

Arnaldo Luiz Correa, consultor da Archer, avalia que a produção brasileira deveria ser maior do que a prevista, algo em torno de 671 milhões de toneladas de cana, para fazer frente ao crescimento da demanda por etanol no mercado interno e a de açúcar no mercado externo.

No médio prazo, tanto os preços do etanol quanto os do açúcar deverão subir, na avaliação do consultor. Para a safra 2013/14, a Archer prevê a necessidade de uma colheita de 904 milhões de toneladas de cana, com crescimento de 11%.

“O movimento de consolidação, que traz ao País empresas fortes e capitalizadas para a indústria da cana, vai contribuir para que possamos alcançar este crescimento”, diz o consultor.



## “O Brasil vai precisar de investimentos em torno de US\$ 35 bilhões até 2014 apenas para atender ao crescimento da demanda”



Para Correa, o Brasil vai precisar de investimentos em torno de US\$ 35 bilhões até 2014 apenas para atender ao crescimento da demanda.

Os preços atuais, segundo Correa, devem se manter elevados. O forte crescimento da demanda interna por etanol, em consequência do crescimento da frota de carros flex, vai sustentar os preços. Para Correa, não deverá sobrar etanol no mercado, que deve ficar ajustado e com preços firmes.

Em 2014, prevê o consultor da Archer, a frota de flex no Brasil deve atingir quase 24 milhões de veículos, o dobro do número atual. O consumo de etanol hidratado deve saltar de 16,5 bilhões de litros este ano para 37,4 bilhões de litros em 2014.

Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, da Usina Alta Mogiana, apresentou os gargalos do mercado de etanol: transporte ainda é feito basicamente por rodovias, o que encarece os custos do frete; a malha ferroviária é restrita; há necessidade de desenvolvimento de dutos; falta investimento em infraestrutura nos portos, além da ampliação da capacidade de distribuição. “Estamos longe ainda de ver o etanol como uma *commodity* global”, diz Figueiredo.

Arnaldo Luiz Correa acha que os preços negociados na bolsa de futuros de Nova York não retratam a realidade do mercado. “O custo médio do açúcar no Centro-Sul do Brasil, US\$ 15,53 cents por libra-peso, está acima dos preços negociados na bolsa (15 cents), e, se levarmos em conta os custos financeiros, o valor sobe para 17,40 cents por libra-peso.

No mercado interno, segundo Archer, os preços estão em declínio e podem chegar a R\$ 45/saca, enquanto no mercado internacional a tendência é de recuperação, podendo as cotações voltarem à faixa de 20 cents por libra-peso.

Para Correa, a sustentação do crescimento do setor sucroalcooleiro requer um processo de consolidação e investimentos de cerca de US\$ 35 bilhões até 2014. “As perspectivas são animadoras. O setor está cada vez mais se consolidando em mãos fortes. O mercado interno dá grande sustentação ao crescimento e deve se manter assim por um bom tempo”, diz o consultor.

## “BRASIL ESTÁ PREPARADO PARA CRESCER”, DIZ DELFIM

No encerramento do seminário, o professor Antonio Delfim Netto, professor emérito da Universidade de São Paulo e ex-ministro da Fazenda e da Agricultura, fez uma bem-humorada e otimista palestra sobre as perspectivas da economia brasileira na próxima década.

“O Brasil vive um momento interessante. Vamos ter um crescimento consistente pelas próximas duas décadas. O País aprendeu a necessidade de manter um equilíbrio, da função do Estado indutor, da necessidade de se reduzir desigualdades e manter as condições para se construir uma sociedade mais justa, via economia de mercado”, disse o professor.

Ele destacou que, no longo prazo, os grandes desafios são a energia (autonomia alimentar, energética e militar) e demografia. “Mas o Brasil está preparado”, comentou.

“Já conseguimos substituir a nossa matriz energética por fontes mais limpas e conseguimos conciliar a produção de biocombustíveis e de alimentos, com aumento da produtividade agrícola e preservação do meio ambiente. Cerca de 40% da nossa energia são renováveis”.

“Temos aqui um estoque interessante de gente. É um estoque genético riquíssimo de gente que trabalha, é tolerante e tem facilidade de adaptação. Além disso, o Brasil tem a quinta população mundial, quinto maior território, nono PIB e um mercado interno de 200 milhões de habitantes, igual ao da população americana em 1970”, destacou o professor.

Ele citou outras vantagens brasileiras: o fato de ter uma única língua, não ter problemas nas fronteiras e nem problemas étnicos e religiosos.

“Nossas instituições são fortes. Uma democracia constitucional plena com transição política acabada, um setor financeiro sofisticado, déficits fiscais sob controle e um Banco Central operacionalmente autônomo, além de metas de inflação e política cambial”, disse o professor.

“Tudo isso faz do Brasil um país promissor. Vamos crescer, mesmo que não queiramos. Nós estamos preparados.”

\*Participaram da mesa Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, Alta Mogiana Sugar Mill (coordenador); Arnaldo Luiz Correa, Archer Consulting (palestrante) e Luiz Alberto de Figueiredo, Ipiranga (debatedor)



## Diário de bordo

## Inovação



Roberto Rodrigues\*

N O DIA 2 de dezembro de 2004 foi promulgada a Lei nº 10.973, chamada “Lei Brasileira de Inovação”, que dá incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, tendo em vista a capacitação de recursos humanos que garantam o desenvolvimento industrial do País. O Brasil não tem muita tradição em inovação, mas esta lei abre o caminho para a competitividade global, na medida em que, sem avançar tecnologicamente, não há condição de concorrer no mercado aberto, especialmente se considerarmos que os países desenvolvidos gastam fábulas em P&D.

Dessa forma, é preciso compreender que inovação faz parte do empreendedorismo: não adianta empreender para fazer mais do mesmo; é essencial avançar tecnicamente.

Não é apenas, porém, uma questão de criar vantagens comparativas para melhorar a competitividade das empresas: a inovação tecnológica precisa produzir resultados que melhorem também a qualidade de vida da população, gerando empregos e riqueza aos cidadãos.

A lei é modernizadora, empurra o desenvolvimento sustentado, orientando inclusive as bases para a montagem de Sociedades e/ou Empresas de Propósito Específico, através das quais a articulação de esforços entre o Estado e a iniciativa privada pode levar a grandes avanços, so-

mando o conhecimento acumulado nos órgãos estatais de pesquisa com a demanda e os recursos financeiros privados.

Infelizmente, ainda não se constituiu nenhuma empresa desta natureza ligada ao setor rural.

E não faltam belas possibilidades.

A Embrapa pode ser a contrapartida dos agentes privados nacionais para esses projetos, até porque sua contribuição em matéria do desenvolvimento agropecuário através de novas tecnologias já é um formidável legado. Hoje, a Embrapa lidera o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), que agrega cooperativamente instituições públicas federais e estaduais, executando pesquisas em todas as áreas de conhecimento científico, garantindo ao Brasil a maior rede de ciência, tecnologia e inovação agrícola nos trópicos.

Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram o agronegócio brasileiro. A conquista do Cerrado, a adaptação da soja às condições brasileiras, o espetacular aumento da oferta das carnes (bovina, suína e de frango), a explosão de produção de leite, de hortaliças, sem falar nos avanços em cana, café, laranja e grãos, são todos resultados dessa atuação.

Mas ainda temos muito por fazer, e o ex-presidente da Embrapa, Silvio Crestana, estudioso do assunto, aponta vários caminhos:

- Implantar *clusters* em torno das empresas para estimular a difusão de tecnologias e criar fornecedores de qualidade mundial.
- Promover a internacionalização das empresas de base tecnológica, acessando recursos no capital externo.
- Criar um sistema de acompanhamento estratégico dos avanços dos concorrentes.
- E criar SPEs.

Há muito ainda a fazer. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Agro no centro das decisões



Cesário Ramalho\*

C OMO PRESIDENTE da Agrishow, tive a oportunidade de receber dois dos presidentes – José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) – durante a realização da feira, no fim de abril, em Ribeirão Preto (SP). A presença dos candidatos ao evento é um sinal claro de que o agronegócio está sendo cortejado.

Ao ciceroneá-los, ressaltei a ambos que o agro precisa ser tratado e valorizado politicamente em pé de igualdade com a importância econômica e os benefícios socioambientais que o setor gera para o País. Sem o agro, comércio, indústria, serviços, contas públicas e mercados em geral patinam.

Responsável por significativa parte do Produto Interno Bruto (PIB), pelo superávit da balança comercial, bem como por milhões de empregos, o agro elevou em 24% o poder de compra do brasileiro em relação aos alimentos nos últimos anos, indicam dados do Cepea-Esalq/USP.

Além disso, importantes polos do agro, algumas cidades e regiões, por exemplo, que cresceram sob o modelo de *clusters*, subiram no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

São exemplos: Sorriso e Lucas do Rio Verde (MT); Rio Verde (GO); Uberaba e Unai (MG); Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Araçatuba (SP); Maringá (PR); Concórdia e Chapecó (SC), entre outras.

## Opinião

## Esportes e agronegócio

Por todo esse peso e toda essa relevância, o setor não pode mais ser tratado como moeda de troca política.

Como muito bem disse recentemente o ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, o agro precisa superar divergências internas, se mobilizar de maneira mais ágil e desenhar uma agenda comum, a fim de mostrar a cara para a sociedade.

Além dessa questão crucial, lembrei aos candidatos alguns pontos-chave que prejudicam a competitividade do agro, a saber: juros altos, carga tributária asfixiante, câmbio desnivelado, infraestrutura logística precária, legislação ambiental equivocada, legislação trabalhista que ignora as particularidades da atividade rural, entre outros temas.

Outro assunto abordado com os presidenciáveis foi o processo de escolha do futuro ministro da Agricultura. Compreendemos que o titular da pasta deve ser selecionado com base em critérios técnicos, não políticos. Tem de ser alguém com laços históricos com o agro, que tenha identidade e compromisso com o segmento, justamente para ter legitimidade para representar o setor.

O governo Lula começou bem com Roberto Rodrigues, um representante legítimo do setor, assim como seus sucessores Luís Carlos Guedes Pinto e Stephanes. Entendemos que o agro tem o direito, e o governo tem a obrigação de debater conosco esta escolha.

Dentro desse raciocínio, avaliamos que o agro quer e precisa entender melhor o pensamento da candidata petista. O Serra nós conhecemos, agora o setor quer conhecer as ideias de Dilma. A ex-ministra entendeu essa necessidade e marcará uma reunião conosco em breve. A Agrishow, pela sua capacidade de repercussão, foi a oportunidade certa para amplificarmos essa discussão. Nosso trabalho só começou. ■



João Sampaio\*

MUITO TEM se falado sobre a importância do setor do agronegócio em se comunicar melhor com a sociedade urbana até para demonstrar sua onipresença no cotidiano das pessoas e sua importância no equilíbrio econômico do País. Entretanto, a nossa capacidade de comunicação e marketing junto aos consumidores tem sido limitada por própria timidez ou ineficiência.

Nós, do agronegócio, precisamos aproveitar melhor os espaços, os grandes eventos públicos, particularmente os esportivos, para desenvolvermos um “marketing de massa”, se é que o termo é correto e se aplica à circunstância. De malas e espíritos prontos para a Copa da África do Sul neste mês, temos ainda algumas oportunidades pela frente com a realização da Copa do Mundo em 2014, das Olimpíadas do Rio em 2016, dos eventos da Fórmula 1 e Indy.

A proposta do setor da agricultura orgânica em fazer a Copa Verde é uma excelente ocasião para organizar e ampliar a produção, bem como um momento para uma grande massa de brasileiros conhecer como são desenvolvidas as atividades no campo. Após a regulamentação completa da Lei dos Orgânicos (com o Decreto 6.323, de 2007), ficou mais fácil a certificação dos produtos e, assim, também atender à demanda extra que venha a ser gerada em virtude da Copa do Mundo.

O Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 foi uma das maiores conquistas dos brasileiros, e a busca de projetos com materiais mais eficientes, duráveis e sustentáveis na infraestrutura já causa uma corrida entre escritórios de engenharia e o poder público. O agronegócio deve entrar também nessa maratona. Durante as Olimpíadas de Inverno de Vancouver este ano, no Canadá, empresas do setor alimentício, numa parceria com a prefeitura daquela cidade, adotaram medidas como doação de brindes com materiais recicláveis, alimentos certificados e transporte ambientalmente sustentável no evento.

Para o agronegócio, as boas práticas ambientais nas Olimpíadas podem envolver desde substituição de materiais, eficiência energética ou produtos certificados. É uma vitrine da qual não podemos ficar fora. Alguns exemplos já foram registrados, como o uso de etanol brasileiro nos carros da Fórmula Indy e na Stock Car. Na Fórmula 1, a borracha natural presente nos pneus das Ferraris e de tantas outras máquinas ainda é pouco divulgada e uma janela para o setor da seringueira.

O agronegócio brasileiro passa por consolidação e internacionalização, os mercados e consumidores se ampliam. A boa comunicação e a imagem do setor devem se desenvolver paralelamente; pouco a pouco, as empresas captam este movimento, e o número delas em patrocínios de equipes e eventos esportivos tem crescido. Aliás, o campeonato brasileiro, considerado o maior e mais competitivo do mundo, é outra boa oportunidade para investirmos. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo